



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0255/08	DATA: 27/03/2008
INÍCIO: 10h34min	TÉRMINO: 14h23min	DURAÇÃO: 03h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h48min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSEMAR NUNES DOS SANTOS – Coordenador do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.  
MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI – Chefe do Núcleo de Apoio da FUNAI em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.  
DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA – Representante da Missão Caiuá em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.  
FERNANDO DA SILVA SOUZA – Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI.  
BELA BARROS – Ex-Deputada Estadual pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.  
Há falhas na gravação.  
Há palavras ininteligíveis.



**O SR. APRESENTADOR** (Antônio Carlos Ruiz) - Senhoras e Senhores, em nome do Presidente da Câmara Municipal de Dourados, Vereador Carlinhos Cantor, nós queremos agradecer a presença de todos, nesta manhã, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências e os responsáveis pela morte de crianças indígenas por subnutrição, entre 2005 a 2007.

CPI sobre a subnutrição de crianças indígenas — Diligências no Estado do Mato Grosso do Sul.

Para abertura dos trabalhos, nós passamos a palavra ao Deputado pelo PMDB da Paraíba, Vital do Rêgo Filho, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Senhoras e Senhores de Dourados, inicialmente, eu gostaria de externar, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, as mais efusivas impressões que recolhemos desde o momento em que aqui chegamos a Mato Grosso do Sul.

Cumprimento, pela ordem, os nossos companheiros Deputados — e o faço, dessa forma, como uma apresentação para as senhoras e os senhores que não conhecem aqueles Parlamentares de fora, como eu. Faço questão de abraçar o Deputado Antônio Carlos Biffi; o Deputado Dagoberto; nosso Relator, o Deputado Vicentinho Alves; o Deputado Waldir Neves; o Deputado Vanderlei Macris; o Deputado Ilderlei Cordeiro; e o Deputado Geraldo Resende.

Bom. Queria registrar e agradecer a presença da Sra. Priscila Maciel, da Liderança do Conselho Local Indígena; do Dr. Wanderley Guenka, Diretor Nacional de Saúde Indígena, vinculado à FUNASA, um dos depoentes em Brasília, o qual nós tivemos o prazer de ouvir; o Dr. Flávio Britto, Coordenador Regional da FUNASA; o Dr. Jaime Casas, Assessor Parlamentar da FUNASA; Dr. Elias Ishy, Vereador, colega nosso; Antônio Pereira da Silva Filho, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Renato de Souza, Cacique e Capitão Jaguapiru; Emerson Machado, da Ação de Jovens Indianistas; Mariza Tardelli, Assessora da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Alessandra Cristina, Assessora Técnica da Secretaria de Educação, representando, nesta oportunidade, o nosso Prefeito Mateus Palma de Farias, do Município de Caarapó; Tibúrcio Fernandes de Oliveira, Vice-Cacique; Donizete de Araújo, Chefe do Pólo Indígena de Dourados; Getúlio de Oliveira, Cacique Caiuá, da Casa da Reza;



Luciano Arévalo — me parece assim —, Cacique da Aldeia Bororó; Sebastião, da liderança caiuíá; Ademir; José Nunes; demais lideranças da comunidade indígena.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Neste momento, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela morte de crianças indígenas por subnutrição entre 2005 e 2007.

Gostaria também de agradecer, em nome da CPI, a prestimosidade do Poder Legislativo Municipal de Dourados, uma Casa extraordinariamente bem posta, com uma infra-estrutura física invejável. Está, pois, dando conforto, atenção e atendimento a esta CPI. Em nosso nome, gostaria de agradecer ao Presidente da Câmara Municipal de Dourados.

A presente reunião destina-se a audiências públicas. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Josemar Nunes, Coordenador do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Dourados, atendendo a requerimento do Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*

O depoente está aí?

Convido a Sra. Margarida Nicoletti, Chefe do Núcleo de Apoio da Fundação Nacional do Índio, que também vai nos prestar informações; convido o Sr. Demétrios Lagos Pareja, da Missão Caiuíá, e o Sr. Fernando de Souza, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), também convidado, convocado pela Comissão para prestar informações e dar esclarecimentos. *(Pausa.)*

Gostaria também de convidar para compor a nossa Mesa a Deputada Bela Barros — para nós sempre Deputada. Está temporariamente fora da Assembléia. Ela presidiu a CPI, apresentou informações, relatórios, conhece profundamente a matéria aqui. Deputada Bela Barros, nós estamos convidando V.Sa. para fazer parte da Mesa. V.Sa. deverá, amanhã, também prestar o seu depoimento a respeito de tudo o que apurou na CPI Estadual, aqui em Mato Grosso do Sul. Seja muito bem vinda!

Fez dobradinha aqui com o Dagoberto, Bela Barros! *(Risos.)*

Por se tratar de oitiva de testemunhas, senhoras e senhores, nós temos um rito que é regimental, é processual e que precisa ser cumprido para que tenham caráter jurídico e legal os depoimentos que vamos receber.



Por isso, convido o Sr. Josemar Nunes, primeiro depoente na sessão de hoje, Coordenador do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, a prestar o seu juramento, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal.

**O SR. JOSEMAR NUNES DOS SANTOS** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Josemar Nunes.

Todos os documentos que estão à disposição da CPI compõem o quadro de requisitos que precisamos, dentro do nosso Regimento Interno.

Cadê o requerimento do Deputado Geraldo? (*Pausa.*)

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Josemar Nunes, antes lembrando aos senhores que o tempo concedido ao convocado será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo o orador ser aparteado.

Conforme regra desta Comissão, os Srs. Parlamentares terão 5 minutos para interpelar o depoente a partir do autor do requerimento e do Sr. Relator.

Com a palavra o Sr. Josemar Nunes.

**O SR. JOSEMAR NUNES DOS SANTOS** - Inicialmente, gostaria de cumprimentar todos os Deputados, todos os presentes. Gostaríamos também de agradecer pela oportunidade de podermos expor um pouco sobre aquilo que o Conselho Tutelar de Dourados tem feito em prol dos índios, apesar da nossa pequenez, apesar das nossas dificuldades. Nós somos um Conselho Tutelar composto de 5 conselheiros. Nós temos aí 1 viatura, para atendermos a uma cidade de mais de 180 mil habitantes; e, desses 180 mil habitantes, nós temos aí 12 mil índios, ou mais, que nós temos que atender dentro da reserva indígena. A nossa estrutura é pequena. Às vezes, nós deixamos a desejar enquanto conselho tutelar, devido a essa pequenez de estrutura. Mas nós temos atendido; nós temos procurado, com a maior brevidade possível, buscar solução para as denúncias, para as dificuldades ali apresentadas pelas lideranças, pela FUNASA, pela própria FUNAI. Nós temos procurado trabalhar dentro disso daí. Nós temos 2 divisores: nós temos um trabalho realizado em parceria, até outubro do ano passado — é o primeiro divisor —, e um trabalho de outubro para cá. Primeiro, nós tínhamos aí uma parceria — lideranças, FUNAI, FUNASA —, e nós, evidentemente, procurávamos



trabalhar dentro dessa parceria. A situação de desnutrição, evidentemente, era a que ocupava a maior parte dos nossos atendimentos. Nós conhecemos o trabalho da FUNASA — um trabalho de guerra, um trabalho de uma grande estrutura, sempre nos procurando, para que nós possamos colaborar, com as nossas dificuldades — não é? É um trabalho de guerra que a gente vê nos nossos atendimentos dentro da reserva indígena. Nós, de outubro para cá, começamos a ter uma dificuldade em relação ao nosso atendimento enquanto conselho tutelar. Nós fomos questionados pela FUNAI: que nós, no nosso atendimento, estamos constantemente agredindo a cultura indígena. Porque nós estamos, no momento, segundo alguns relatos feitos ao Conselho, procurando investigar... Mas nós somos praticamente impedidos de trabalhar dentro da reserva indígena. Hoje, alguns índios nos relatam que, para se trazer algum fato para o Conselho Tutelar, é necessário passar pelo crivo da Sra. Administradora Regional da FUNAI. Aí, sim, se ela achar que é necessária a intervenção do Conselho Tutelar, aí nós vamos ser liberados para irmos lá atender. Nós não podemos atender de pronto, segundo o relato de lideranças indígenas, de agentes de saúde — pessoas que estão constantemente trabalhando com a situação indígena. Nós temos essa dificuldade; nós estamos com essa dificuldade para trabalhar. Nós queremos colaborar, nós queremos ser parceiros da situação. Em momento algum nós queremos agredir, nós queremos prejudicar. Nós queremos ser parceiros. Em momento nenhum a FUNAI nos procurou para dialogar, para conversar, para expor o que seria ou quais seriam os métodos adotados por eles, até para que a gente possa trabalhar de acordo. Como é de conhecimento de todos, a FUNAI simplesmente foi à imprensa e detonou o Conselho Tutelar de Dourados, dizendo que nós somos o bicho-papão das crianças indígenas. Isso é triste, isso é lamentável! Eu acho que o momento é de se unir; é momento de buscar parceria, e, juntos, nós podemos contribuir com essa situação da saúde indígena. A preocupação do Conselho Tutelar é garantir o direito da criança indígena, assim como nós temos a obrigação de garantir o direito da criança branca também. Em momento nenhum a intenção do Conselho Tutelar foi procurar agredir a cultura. Nós queremos colaborar, nós queremos dialogar, nós queremos, enquanto conselho tutelar, contribuir com a FUNAI. Nós não somos adversários da FUNAI. Em momento nenhum nós nos colocamos como adversários da FUNAI; nós



nos colocamos como parceiro. A FUNAI tem todo um conhecimento antropológico da situação indígena, e cabe a ela nos orientar para que nós possamos atuar, e não procurar a imprensa, e não prejudicar o Conselho — não é mesmo? Nós relatamos isso porque há agentes de saúde que dizem: *“Olha, tem situações de denúncias; são denúncias graves e que nós não podemos levar até vocês, porque a orientação é de que nós temos que passar para a FUNAI. Depois que vai para vocês.”* Ora, se é uma situação de emergência, se é uma criança desnutrida e precisa de um atendimento médico urgente, não há tempo para essa burocracia toda. Não há tempo para isso! (*Palmas.*) Então, nós nos colocamos à disposição, para colaborar, sim. Nós colaboramos, nós queremos contribuir. Nós não queremos prejudicar, não. Nós não queremos uma... Uma coisa importante, que não vem à situação. Eu, como nato de Dourados, nasci em Dourados, convivi a maior parte da minha infância próximo dos índios. Estudei numa escola indígena — está ali o Fernando, que não me deixa mentir, que confirma que estudei com ele na Missão Cuiá. Conheço a fundo a situação dos índios, conheço os desejos, os anseios dos índios. Conheço, sim. Foram 4 anos que eu convivi ali junto com os índios. Então nós não temos a intenção de prejudicar. Nós queremos ajudar. Nós queremos ajudar, sim! Só que quando nós recebemos denúncia de que há uma evasão hospitalar, de uma criança que sofreu por desnutrição, nós ficamos às vezes amarrados, ficamos sem ter como, ficamos amedrontados de agir, porque senão vai-se ferir os direitos indígenas. Então, nós queremos contribuir. É isso que nós queremos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Passo a palavra para a Sra. Margarida Nicoletti, Chefe do Núcleo de Apoio à Fundação Nacional do Índio, fazendo solicitação à Dra. Margarida para prestar o seu juramento.

Nós vamos ouvir os 4 depoentes, para depois iniciarmos os questionamentos. Cada um dos senhores terão, depois dessa primeira fase, possibilidade de responder aos Srs. Parlamentares.

Vamos ouvir o juramento.

**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço à Sra. Margarida Nicoletti. Passo a palavra a V.Sa., para as suas explicações iniciais.



**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Quero cumprimentar a Mesa da Comissão, os Deputados e os demais presentes nesta assembléia. Eu sou Margarida, assistente social de profissão, e estou respondendo pela Administração Regional do Cone-Sul. Desde maio de 2007, Dourados deixou de ter um núcleo e passou a ter uma administração que cuida da região sul do Estado, compondo 17 ou 18 municípios, com 38 aldeias e, aproximadamente, 17 ou 18 acampamentos indígenas. O meu trabalho na FUNAI iniciou-se através de uma parceria com o MDS, através de uma consultoria social. Daí a gente começou a fazer levantamento das demandas sociais existentes aqui na região, principalmente em Dourados. A partir de então, a gente começou a formar equipe de trabalho. A FUNAI esteve muito ausente nessa região, por muito tempo, e, a partir dessa mudança, de núcleo para administração, propôs-se a organizar melhor a equipe técnica, montar a equipe técnica para cuidar das demandas que lhe compete. E uma delas é o serviço social — social, jurídico, documental, a questão do plantio, agricultura de subsistência e outros. E a FUNAI passou a entender que ela não pode trabalhar sozinha com os povos indígenas; e passou a trabalhar em parceria com os demais órgãos, Ministérios e Governos Estaduais, Municipais, organizações não-governamentais também. Em maio de 2005, por ocasião da morte das crianças, o Governo Federal determinou que se criasse aqui na região um comitê para acompanhar esse processo (o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas). E a FUNAI hoje conta muito com o apoio desse comitê, que desde maio de 2005 vem atuando aqui na região. O comitê é composto pelos Ministérios, Governos Municipais, Estadual e também pela comunidade indígena, através de assembléias indígenas que são feitas para conversar com os índios e pactuar as ações a serem deliberadas para as comunidades indígenas, pactuar as políticas públicas que prestam serviços à comunidade indígena. E foi a partir de então que a FUNAI começou a se organizar, a melhorar o seu trabalho aqui na ponta. Foi criado o programa, ou subprograma, de segurança alimentar e auto-sustentação. Desde outubro do ano passado, a FUNAI assumiu a entrega das cestas básicas. E nós entregamos 13 mil cestas mensais aqui nessa região. Paralelo a isso, a FUNAI começou a cuidar melhor do programa de agricultura de subsistência, ajudando no preparo do solo — é pouca a terra que tem aqui. Mas ajudando no preparo do solo, para que não fiquemos apenas na



entrega de cestas básicas, mas também num programa que vá contribuir para que o próprio indígena faça acontecer a sua auto-sustentação. Paralelo a isso, a gente foi organizando outros setores. Hoje nós contamos com 2 Procuradores Federais na FUNAI, concursados, e que vão trabalhar, já estão trabalhando conosco. A FUNAI está também com um plano fundiário, a ter início muito em breve, com a formação de 6 grupos que vão fazer estudos das áreas que os índios indicam como *tekora*, como terra tradicional deles. Porque um dos grandes problemas aqui na nossa região é falta de terra para eles viverem bem. Vivem muito amontoados, muito apertados. Por conta disso, surgem violências as mais diversas, que vocês, Srs. Deputados, devem conhecer, pela imprensa, porque são divulgadas pela imprensa. A falta de espaço físico para viver bem, plantar e viver da forma tradicional tem causado muito problema. Então a FUNAI formalizou, no dia 12 de novembro do ano passado, em Brasília, juntamente com o Ministério Público Federal, formalizou o Compromisso de Ajustamento de Conduta. Só estamos esperando a publicação das portarias, que saem em breve, agora no início de abril, que os trabalhos vão ter início. A FUNAI tem o prazo de 3 anos para realizar esse trabalho. Nós também estamos com um trabalho em parceria com os órgãos de segurança pública, fazendo estudos, com a possibilidade da formalização também de documento que estabeleça a competência dos órgãos públicos, de segurança pública, para trabalharem junto aos povos indígenas, juntamente com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Nós estabelecemos uma forma de diálogo com os indígenas, através de reuniões, grandes assembléias, para a gente poder pactuar tudo aquilo que é pensado como políticas públicas. Que eles possam participar, possam dar opinião e possam contribuir nesse processo de assimilação, de aceitação, de tudo isso. Quero lembrar que, nos estudos que a FUNAI vai fazer das terras, são as terras os *tekoras* indicados pelos próprios índios, e que nessas assembléias foram discutidos. Eles apresentaram qual é a terra que eles reivindicam. O nosso trabalho aqui não tem sido fácil porque, para um órgão que passou 20 anos sem concurso, um órgão que passou 20 anos sem requalificar o seu quadro, é difícil, de uma hora para outra... A gente sabe que é um processo longo, que é necessário que ocorram mudanças. Mas estamos nos organizando a fim de que possamos trabalhar sempre





com equipe técnica e com projetos, e não apenas emergenciais, mas estruturantes também. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço à Sra. Margarida Nicoletti.

Passo a palavra ao Sr. Demétrios Lagos Pareja, da Missão Caiuá. Solicito a V.Sa. a leitura do termo de compromisso.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra V.Sa.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Meu nome é Demétrios. Eu sou Coordenador de Convênios da Missão Evangélica Caiuá. Eu queria, em poucas palavras, colocar como a Missão tem desenvolvido o trabalho dela nessa parceria com a Fundação Nacional de Saúde. A Missão Caiuá é uma entidade das Igrejas Presbiteriana Independente e Presbiteriana do Brasil e está em Dourados desde 1928. A Missão Caiuá faz, este ano, 80 anos e tem como lema algo que é bastante significativo e oportuno colocar, que é *“a serviço do índio para a glória de Deus”*. O lema da Missão Evangélica Caiuá é esse. É uma empresa filantrópica sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, estadual e federal, e, como diz o seu lema, ela trabalha a serviço do índio desde 1928, antes de Dourados. Até vi ali, no emblema, *“Dourados, 20 de dezembro de 1935”*, a data de fundação de Dourados. Então a Missão Caiuá está presente, auxiliando a comunidade indígena, trabalhando com a comunidade indígena, desde antes da fundação de Dourados. E nesses 80 anos ela teve a oportunidade de montar uma estrutura ao lado da reserva indígena — não dentro da reserva indígena, mas ao lado da reserva indígena — e trabalha com a comunidade. É muito bem vista pela comunidade porque, ao longo desses 80 anos, tem servido a essa comunidade e existe em função dessa comunidade. Possui, nas suas dependências administrativas nesse local, um hospital que atende iminentemente indígenas; 100% dos atendimentos são ou gratuitos ou pelo Sistema Único de Saúde. E 100% deles são de atendimento à comunidade indígena. Com a criação do Subsistema de Saúde Indígena, subsistema do SUS, a FUNASA assumiu a responsabilidade de gerir a Saúde. Acho até que há que se colocar que é uma atitude muito bem pensada, porque a FUNAI fazia isso — a FUNAI, órgão ligado ao



Ministério da Justiça — com dificuldade. Ela propiciava saúde às comunidades. Uma vez que essa atribuição coube a alguém do Ministério da Saúde — nesse caso, a Fundação Nacional de Saúde —, acho que foi uma atitude muito bem colocada. A partir de 1999, então, passou ser atribuição da Fundação Nacional de Saúde a gestão da saúde indígena no Brasil. A Fundação Nacional de Saúde organizou o subsistema através dos seus distritos sanitários, e coube ao Mato Grosso do Sul a gerência do seu Distrito Sanitário Especial Indígena, que coincidentemente é idêntico ao das fronteiras do Estado. Então, no Estado do Mato Grosso do Sul existe um distrito só. Na elaboração das políticas de saúde, a forma que a FUNASA encontrou para fazer a gestão da saúde indígena foi através da parceria com organizações não-governamentais que pudessem, em convênio com a Fundação Nacional de Saúde, ajudar na execução e administrar, de uma forma geral, o subsistema. No Mato Grosso do Sul, a Fundação Nacional de Saúde convidou, então, a Missão Caiuá a participar do programa de saúde familiar indígena. No início de 2000, o primeiro convênio da Missão Caiuá com a Fundação Nacional de Saúde tinha o número 435/99. No final de 1999, foi homologado esse convênio, e, a partir do início de 2000, a Missão Caiuá tem participado do programa de saúde familiar indígena. Desde o começo, então, da gestão da saúde pela Fundação Nacional de Saúde, a Missão tem participado desse processo. E, nesse processo todo, o que a gente percebe é que, de fato, Mato Grosso do Sul passou a ter realmente uma política de saúde. O primeiro passo, também de forma muito sábia, da gestão do Distrito Especial Indígena, na pessoa do Dr. Wanderley Guenka, que era o chefe do distrito, foi a formação do Conselho Distrital de Saúde Indígena. O primeiro Conselho Distrital de Saúde Indígena no Brasil foi feito aqui, no Mato Grosso do Sul, com o acompanhamento de fato da comunidade. Isso propiciou que houvesse trabalhos efetivos. A Missão Caiuá iniciou, em 2000, com algumas ações complementares, adquirindo alguns medicamentos, fazendo contratação de pessoal, e essas ações foram aumentando pelo bom êxito que a Missão sempre teve na gestão desses recursos e na transparência das prestações de contas. Nós temos ainda hoje *status* de sermos os melhores prestadores de contas dos convênios de saúde indígena, de termos uma boa gestão sobre esses recursos. Em 2001, 2002 e 2003, a Missão foi sendo solicitada para participar de maneira mais efetiva com



outras ações de saúde. Chegamos, em 2003, a gerir inclusive a frota de veículos, na questão de manutenção, e, de uma forma bastante célere, a gerir a aquisição de medicamentos, aquisição de insumos, de tal maneira que nós conseguimos, até o ano de 2003, excelentes resultados não só no fornecimento desses insumos, mas nos indicadores, de uma maneira geral. Pois bem. No início de 2004 houve uma mudança. No final de 2003, início de 2004, houve uma mudança. Cobravam-se algumas... A IN 001, que falava sobre convênios, foi alterada, e, onde a Missão poderia fazer gestão do recurso público, ela passou a ser obrigada a gerir através da Lei de Licitações. E aí não havia razão pela qual a Missão continuar fazendo todos os processos de aquisição através de licitações, se a FUNASA tinha toda essa estrutura para fazer. E, a partir de 2004, então, houve um recrudescimento, se a gente pode dizer assim, das ações que a Missão Caiuá fazia. Nós deixamos de fazer várias ações e passamos a fazer ações complementares. Houve até alguns questionamentos entre o Tribunal de Contas da União e a Fundação Nacional de Saúde, e, por acordo, então, houve essa... As ONGs poderiam participar, mas apenas em caráter complementar, como especifica a Lei nº 8.080. E aí a Missão Caiuá então passou a fazer ações junto ao controle social e contratação de recursos humanos apenas. E, de 2004 para cá, nós temos trabalhado dessa forma. Hoje, nós contratamos aproximadamente 600 funcionários ao todo para a Fundação Nacional de Saúde e continuamos servindo, entendendo que é importante nós, observando e conhecendo já com alguma profundidade... Não só ao longo dos 80 anos, mas na experiência pessoal nossa, percebemos que a execução do subsistema de saúde só é viável através desse tipo de parceria. Nós não vemos viabilidade da execução do programa se não for através dessas parcerias. Agora, infelizmente, algumas delas são desvirtuadas, mas, no caso do Mato Grosso do Sul, através da Missão Caiuá, essa foi uma parceria que sempre deu certo, que foi muito bem-vinda pela comunidade, que resultou em grandes avanços nos indicadores epidemiológicos. Todos os indicadores epidemiológicos foram decrescentes até 2004. Em 2004, houve um recrudescimento desses indicadores, até que motivou a CPI aqui no âmbito estadual, mas não havia indicadores que realmente fossem... A própria mudança na gestão é que provocou esses indicadores, e hoje a gente vê a questão da subnutrição como um problema maior do que a saúde propriamente. A questão



das mortes por subnutrição, a nosso ver... É interessante que temos relatos na Missão Caiuá, o médico da Missão Caiuá... Em 1931, existe esse relato, ele relatava o problema de desnutrição dentro das aldeias de Mato Grosso do Sul. Eu queria encerrar minha fala lembrando que, em 2000, quando eu estive em Brasília num fórum em que a FUNASA reuniu as entidades parceiras, nós questionamos o Diretor Nacional de Saúde Indígena sobre a questão da desnutrição. Eu pessoalmente fiz isso e questionei o Dr. Ubiratan na época: *“O que eu vou fazer com a criança que sair da desnutrição? Enquanto ela estiver em quadro de desnutrição, ela está doente, e eu estou tratando. Quando ela sai da desnutrição, o que eu posso fazer com relação a esse recurso? Como a gente pode criar uma estratégia para que ela não volte?”* Porque um grande problema, desde aquele início dos trabalhos, era que você tratava a criança, ela saía da desnutrição, 2 meses depois ela estava de volta, desnutrida. E ele respondeu para mim: *“Demétrios, quando ela sair da desnutrição, você não pode mais usar esse recurso da saúde para tratá-la. É um desvio de propriedade”*. Então, é algo que nós vamos ficar... Então, eu coloquei para ele: *“Então, nós vamos ficar como uma represa, tentando tapar os buracos da represa”*. Ele falou: *“Enquanto outros órgãos... A expectativa é que outros órgãos então trabalhem a questão da saúde como um todo e não só como estado físico”*. Essa é a nossa percepção. A Missão Caiuá participa com esse foco, e a gente tem toda a boa intenção e a boa disposição de colaborar e ajudar a tentar minimizar essas dificuldades que hoje se encontram. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Passo a palavra ao Sr. Fernando de Souza, Presidente do CONDISI, que vai prestar o juramento. *(Pausa.)* Manuel, cadê o juramento do Fernando? *(Pausa.)*

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Tem aqui um juramento, na folha que eu preenchi. Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não, é só aquele ali.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Tem o tradicional aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Chegou o juramento de Fernando. Com a palavra o Sr. Fernando.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Sr. Fernando de Souza.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Em nome do Sr. Presidente, eu cumprimento os nobres Deputados componentes desta Comissão, todos os presentes nesta platéia, mas, de um modo muito especial, os meus parentes e patrícios indígenas aqui, em nome do Getúlio, do Luciano, Renato, e cumprimento os demais presentes. Uma responsabilidade muito grande, Presidente, mas eu faço isso com os pés no chão, com muita sabedoria e com muita responsabilidade. Sou índio, nasci, cresci, me criei dentro dessa aldeia, aqui na Jaguapiru. Tive ainda a oportunidade e o privilégio, enquanto na minha infância, de caçar, de pescar, de nadar, de correr, subir em árvores, balançar em cipós, enfim, tive ainda esse privilégio. Atualmente, sou funcionário público da Universidade Federal da Grande Dourados, funcionário efetivo, concursado, e moro na aldeia Jaguapiru, aqui representando o Conselho Distrital de Saúde Indígena, o CONDISI. O CONDISI é uma instância de participação social composta por usuários, trabalhadores e gestores que tem sua base legal na Lei nº 8.142/90, e é constituído de acordo com a Resolução nº 333, de 2003, do Conselho Nacional de Saúde. O Conselho Distrital de Saúde Indígena tem um papel de suma importância em acompanhar as ações de saúde desenvolvidas pelas instituições municipais, estaduais, federais e ONGs relacionadas à saúde indígena, dentre as quais eu gostaria de destacar: discutir, elaborar, aprovar o Plano Distrital de Saúde Indígena; implementar e articular, na organização e na capacitação, a participação social indígena em todo esse processo; atuar na formulação e no controle das políticas de saúde desenvolvidas por todas as instituições, sejam elas públicas, privadas ou organizações não-governamentais; além de acompanhar e fiscalizar as aplicações de recursos públicos direcionados à saúde indígena. A composição do Conselho hoje: ele está composto de 32 membros, onde 16 são usuários indígenas, representantes de todas as etnias do Estado de Mato Grosso do Sul, de todas as regiões; 8 representantes de organizações não-governamentais, as ONGs, que são os gestores e prestadores; e 8 membros compostos de trabalhadores em saúde, contemplando desde o agente indígena de saúde até o profissional de nível superior médico e enfermeiro. O Conselho Distrital de Saúde Indígena... Desde a sua criação, desde a sua



implantação, houve um crescimento, um amadurecimento na sua organização, na sua participação, capacitações, onde este, com muita responsabilidade, tem acompanhado as ações de saúde em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente representando as populações indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi o Conselho Distrital de Saúde Indígena que, em janeiro de 2005, denunciou o caos que estava ocorrendo na saúde indígena, elevando o índice de mortalidade infantil a números absurdos, muito acima da média nacional. E nós, com muita responsabilidade, pegamos o problema e colocamos sobre a mesa. Em diversos momentos, em diversas instâncias de discussão, de gestores, procuramos abordar o assunto no sentido de reverter. Queimamos todas as etapas legais de negociação em nível municipal, estadual e federal, mas ninguém, infelizmente, nos deu ouvido, não nos restando outra alternativa a não ser denunciar na mídia. Fomos drasticamente questionados, ameaçados por estar expondo a imagem do índio, de crianças, principalmente guaranis e caiúas, que estavam morrendo por falta de uma ação mais efetiva dos órgãos que têm a responsabilidade de cuidar da saúde dessas populações. Mas, com muita responsabilidade, com muita coragem, nós expomos, sim, mas para mostrar uma verdade que, até então, estava escondida debaixo do tapete. E aí, desde abril de 2005, começou a mobilizar Governos Municipal, Federal, Estadual, comissões, CPIs, comissão interministerial, no sentido de minimizar essa situação gritante em que se encontrava a saúde dos povos indígenas. Várias ações a partir de então foram retomadas, várias ações emergenciais para apagar o alarde, a fogueira que foi incendiada, mas todas elas, digo também com muita firmeza, todas elas ações paliativas, que não resolvem o nosso problema, que não resolvem o problema de saúde das nossas famílias, que ainda se encontram nas aldeias, passando por inúmeras dificuldades, mesmo com todos os incrementos de recursos que foram desenvolvidos. De repente, nós, das comunidades indígenas, somos surpreendidos com mais uma comissão. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal vem... E digo também com muita serenidade: em 2 dias, um só em Dourados, outro em Campo Grande, tirar uma avaliação ou encontrar um culpado de toda essa situação... Eu, que moro dentro de uma aldeia há 40 anos, visito periodicamente todas as aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul, digo com muita franqueza que ainda não conheço a



realidade de todas as aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, é impossível os senhores em 1 dia, 2 dias conhecerem parte dos nossos problemas. Mas, mesmo assim, os principais problemas... A base de toda essa situação hoje que acomete as famílias indígenas que têm desestruturada, que têm desfacelada as famílias, os núcleos familiares... O principal pano de fundo é do conhecimento dos Srs. Parlamentares, seja municipal, seja estadual, seja federal; é de conhecimento do gestor público municipal, estadual e federal; é de conhecimento dos outros órgãos de outras instâncias, que trabalham ou que representam a população brasileira. Tenho plena convicção, tenho plena certeza que é de conhecimento, porque já foi informado. Várias lideranças já noticiaram, já divulgaram, já protocolaram documentos em todas essas instâncias. Mas, infelizmente, de ações concretas, efetivas, que venham, de fato, resolver o nosso problema, até hoje, infelizmente não vimos nada. (*Palmas.*) Em contato com várias lideranças da região sul do Estado, da nossa própria aldeia, ouvindo a fala deles, a expectativa de um resultado de mais esta Comissão é quase praticamente zero por parte das nossas lideranças. Mas eu quero aqui ainda pôr um voto de confiança de que queremos ver, de fato, ações por parte dos Legislativos, que têm uma procuração nossa, eleitores, cidadãos brasileiros, para nos representar nessas instâncias do Legislativo. Eu quero, eu, Fernando Souza, quero ainda dar um voto de confiança, um voto de que, através das ações desta Comissão, representando aqui a Câmara Federal, de chegar nas instâncias do Legislativo e deliberar, propor medidas emergenciais, medidas estruturantes, que venham trazer dignidade e qualidade de vida às famílias que ainda passam por grandes dificuldades nas comunidades indígenas. O Estado de Mato Grosso do Sul é o segundo Estado em maior número de populações indígenas do País. São aproximadamente 63 mil índios, 8 etnias, onde a grande maioria está confinada em minúsculas áreas, e o próprio erro do Estado brasileiro no passado fez com que ficássemos na situação em que estamos hoje. No entanto, vemos pouca ação no sentido de reverter toda essa situação. Já foi falada a questão fundiária dentro do Estado de Mato Grosso do Sul. É um dos Estados onde há maior conflito entre índios e fazendeiros, por briga por espaço, por retomada de terras tradicionais. Há uma grande morosidade por parte do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, e há todo um processo de burocracia, enfim, que perdura por longos e



longos anos, décadas, às vezes, e uma liderança que levanta sua intenção de ocupar sua terra acaba morrendo, às vezes, seus filhos ou netos acabam tomando posse da terra, em função da morosidade hoje do Judiciário, principalmente em reconhecer o que era nosso, de fato, há 500 anos. E a situação, hoje, em que se encontram essas famílias indígenas é em função de erros que foram cometidos no passado, que é de conhecimento de todos e que precisa chegar a um caos, onde crianças, jovens, adolescentes são mortos, assassinados, a questão da desnutrição, crianças, em pleno ano de 2008, crianças morrendo de fome. Num País rico, num Estado rico como o Estado de Mato Grosso do Sul, a gente ainda assiste a crianças morrendo de fome. Tivemos vários avanços em relação à saúde, que é a nossa área de atuação, a área de atuação do Conselho Distrital. Eu tive a oportunidade de presenciar as 2 partes: antes da FUNASA e pós-FUNASA. Antes da FUNASA, a situação era péssima, precária, não tínhamos estrutura nenhuma, não tinha nenhuma... Por mais que o Sistema Único de Saúde tenha sido criado em 1990, a Lei nº 8.080 tenha sido criada em 1990, de 1990 até 1999 foram 9 anos, e esse sistema não conseguiu chegar nas aldeias, sendo preciso o Governo Federal criar um subsistema específico, reconhecendo as especificidades etnoculturais dos povos indígenas do Brasil. Criou um subsistema, um modelo específico para que a saúde pública chegasse às aldeias. Se eu faço uma avaliação hoje em nível nacional, a situação é péssima ainda. Em muitas regiões... No ano passado, eu tive a oportunidade de conhecer várias regiões do País, trabalhando na questão da capacitação e organização do controle social indígena, e tive a oportunidade de conhecer várias áreas no Maranhão, Pará, Manaus, Roraima, onde a situação da saúde indígena ainda está basicamente na estaca zero, está começando, porque as pessoas que têm a responsabilidade, que tinham a responsabilidade de fazer isso, basicamente não estavam nem aí com o índio. Aqui, no Estado do Mato Grosso do Sul, ainda teve um avanço, tanto é que o Mato Grosso do Sul é considerado modelo em nível nacional na questão de organização de serviços, organização de equipes. Hoje temos 100% das aldeias oficiais regularizadas; temos agentes de saúde indígenas, que acompanham, monitoram, trazem às equipes de saúde as principais necessidades dessas famílias. Temos tido, e visto um acompanhamento constante de equipes multidisciplinares de saúde indígena, com bons resultados. Não vou





dizer ótimo porque ainda há algumas deficiências, porque ainda morrem crianças. Mas vejo, enquanto membro do Conselho, enquanto composição que discute, que avalia diariamente, semanalmente, mensalmente essas ações, que a atenção básica chegou num limite que não consegue avançar mais. Dourados, por exemplo, por mais implementada que esteja a questão do médico, do enfermeiro, do agente de saúde, unidades de saúde, enfim, esbarramos na questão da violência, na questão da limitação da área, na questão das drogas, na questão do alcoolismo, que são outros fatores que acabam interferindo na questão da qualidade de vida e da saúde. Temos discutido hoje saúde de forma ampla, de forma global, e não vendo saúde apenas como médico, como enfermeiro, como posto de saúde, como remédio. A gente tem discutido saúde de forma mais ampla. Saúde tem alguns fatores determinantes e condicionantes, e a gente, enquanto indígena, enquanto liderança, enquanto movimento, a gente tem falado nisso dentro da nossa comunidade, dentro de nosso Conselho: que devemos ver e discutir saúde entrando outros itens, como a questão da alimentação, a questão da moradia, a questão do saneamento básico, a questão do meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, transporte, lazer, acesso a bens e serviços, que nós, enquanto cidadãos brasileiros, temos direito e que até hoje ainda nos é negado. Então, a nossa avaliação, a nossa discussão de saúde é nesse ponto de vista. E muitas pessoas, gestores mesmo, ainda vêem saúde como somente ter posto, ter o médico, ter o posto de saúde, ter o remédio, e pronto, acabou. Só que é muito mais do que isso. E essas outras demais ações ainda hoje nos são negadas. Então, em nome do Conselho Distrital, enquanto índio, enquanto cidadão, quero ainda dar um voto de confiança aos Srs. Parlamentares, aos nobres Deputados. Conversando com algumas lideranças, começaram a questionar: *“Mais uma CPI? É custo, e, enfim, qual o resultado efetivo, na prática, que vemos disso?”* Quando podemos assegurar e garantir que o resultado dessa CPI pode ser revertido, que todo o investimento que houve para fazer a CPI pode ser revertido em benefícios e ações concretas, estruturantes, para as populações indígenas, e não apenas ações emergenciais e paliativas, como a questão da cesta básica, que hoje é um mal necessário. Hoje é um mal necessário. Mas tenho conversado com muitas lideranças e... todo mês a gente estar ali recebendo uma cesta básica, isso é humilhante para nós, índios, é humilhante! É como se fosse um



gado confinado, ou um porco confinado, que chegam lá e: “*Tá aqui, a cesta básica!*” Nós temos força de trabalho, nós podemos trabalhar a nossa terra e produzir o nosso alimento. Se assim não for... A mão-de-obra indígena hoje, na grande maioria das usinas de álcool, sucroalcooleiras, aqui do Estado do Mato Grosso do Sul, basicamente quase 100% dessas usinas utilizam mão-de-obra indígena, porque o índio sabe trabalhar, sabe produzir. O que falta é condição e apoio para que ele possa trabalhar e produzir a sua terra. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra a Sra. Bela Barros. Ela estaria convocada por esta Comissão amanhã, na capital, mas, como uma profunda conhecedora da matéria, estudiosa do assunto, aprontou um relatório que nós já tivemos ocasião de conhecer, em Brasília. Nós tivemos a oportunidade de tê-la aqui e franqueamos a sua participação para que ela possa antecipar o seu depoimento, na manhã de hoje. Gostaria que a Deputada tomasse o termo de juramento.

**A SRA. BELA BARROS** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra V.Exa.

**A SRA. BELA BARROS** - Bem, eu quero, em primeiro lugar, em nome do Presidente, cumprimentar toda a Comissão. Para nós, é uma satisfação muito grande tê-los aqui. E podemos, com certeza, dizer isso em nome de todos os nossos irmãos indígenas que se fazem presentes aqui, nesta manhã. Sou Bela Barros, fui Relatora da CPI que foi criada através da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2005. Inicialmente, gostaria de dizer que problemas graves, sérios, foram levados à nossa população do município, do Estado e do País todo através da imprensa do Mato Grosso do Sul. Uma situação, Sr. Presidente, estarrecedora, fato inadmissível nos dias de hoje, que foi a morte de crianças por desnutrição. Precisou então debater de forma muito ampla esse assunto. E aí, então, a criação da CPI da Desnutrição-MS. Quero dizer, Sr. Presidente, que não sou indigenista, nem tampouco antropóloga. Mas, diante de fatos terríveis como os que nós vivenciamos *in loco*, pudemos confirmar, com muita clareza, as palavras de Foucault, que diz: “*Para se tratar as questões é preciso reconhecê-las*”. E aí nós nos aprofundando nesses assuntos, conhecendo dia a dia um pouco da realidade. O



Fernando aqui foi muito claro quando disse, ele que já tem 40 anos, conhecedor, porque provou para nós, aqui, do conhecimento (*falha na gravação*) Podemos entender que Estado — e quando falamos em Estado, colocamos a Federação, a União, colocamos o próprio Estado e o município. E nós pudemos perceber que em toda elaboração, Srs. Deputados, de programas, de programas, relativos às aldeias indígenas, às comunidades, ao índio, nada era respeitado diante de sua cultura. Então, infelizmente, por aí já iniciávamos, já tínhamos a preocupação de que as ações eram aleatórias. Não existia a participação do próprio índio no desenvolvimento dessas ações. E nós temos conhecimento de que, em todas as aldeias, não só as nossas de Dourados, mas do Estado todo, temos técnicos agrícolas formados, temos advogados formados, temos pedagogas formadas, temos todos os profissionais liberais com sua formação. O único que nós ainda não encontramos, que não encontramos na nossa CPI, foi o médico. E nós entendemos, e tivemos conhecimento de que não existia o gerenciamento... nem o acompanhamento nem o gerenciamento dos indígenas. Tivemos conhecimento também, durante o nosso trabalho de CPI, que, por incrível que pareça, Srs. Deputados, Sr. Presidente, existem recursos. Esses recursos são satisfatórios para que os índios possam ter dignidade de vida. Infelizmente, eles não chegam até as aldeias. Então, isso ficou muito claro no nosso relatório, que vocês já têm em mãos. Pudemos comprovar a má aplicação desses recursos, a aplicação de forma obscura e errada: desvio de finalidades; superfaturamento em todos os programas — todos os programas superfaturados; ações sem acompanhamento — nenhum técnico agrícola nunca visitou a aldeia, nunca, nenhuma das aldeias do Mato Grosso do Sul; sem fiscalização nenhuma, sem fiscalização nenhuma — tratores trabalhando, terceirizando o serviço, e nenhuma fiscalização. Ficou muito claro, Srs. Deputados, que o Estado planeja e executa apenas no papel — apenas no papel. As comunidades, sozinhas, não têm como dar prosseguimento às ações, quando e se chegam essas ações até as aldeias, porque é muito difícil quando elas chegam até as aldeias. Não se prevêem as realidades das aldeias nessas ações. Existe diferença de realidade. A aldeia de Amambá é uma realidade completamente diferente das aldeias de Dourados, da aldeia de Nioaque, da aldeia de Aquidauana. Cada uma tem uma realidade diferente. Pudemos observar que as ONGs, inclusive



comissionárias, mostram preocupação, fazem um trabalho que poderia ser muito proveitoso, mas, infelizmente, existe apenas uma preocupação em tudo isso: a terra, a área de terra para cada índio. Mas em nenhum minuto se notou a preocupação com a sobrevivência do próprio índio, com a auto-sustentação de cada índio, de cada família indígena. Infelizmente, isso ficou muito claro. Todos vêm e se preocupam: o Estado, a FUNAI. Mas a própria FUNAI, por exemplo... A gente percebeu que na FUNAI o que existe hoje é a preocupação também com a área de terra. Inclusive a gente percebe que existe até um apoio muito grande quando você fala em invasão de terra. Mas infelizmente... Até se chega a esse avanço, conclui-se essa invasão, consegue-se às vezes uma área de terra maior, mas o índio continua lá, relegado à própria sorte, porque não tem acompanhamento, não existem técnicos para que possam acompanhar, nem um programa de ação realmente séria, que possa dar a auto-sustentação para as famílias indígenas. Particularmente, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que o índio passou a ser um ótimo negócio para aqueles que querem enriquecer ilicitamente, dizendo-se preocupados e inclusive ocupando órgãos públicos para resolver problemas de índio. Infelizmente foi isso que a gente pôde perceber no nosso relatório. Durante a nossa CPI, durante o trabalho que foi feito com a CPI, um trabalho muito intenso, que extrapolou muito, porque nós passamos a ser um socorro presente na vida das aldeias. E aí eles estavam chamando, às vezes voltávamos 3, 4 vezes na mesma aldeia, porque eles achavam que eles precisavam falar mais, dizer mais. Fernando foi muito claro, o tempo é curto, porque a gente não tem nem como ter todo esse conhecimento. Mas nós tivemos alguns avanços. E um desses avanços que nós tivemos foi a comissão interministerial, que teve com certeza um papel importantíssimo para as aldeias, principalmente as aldeias nossas, aqui de Dourados, onde os problemas eram muito mais sérios. Então, no momento das investigações, foram tomadas providências no próprio decorrer do trabalho. A CPI provocou reações também nas autoridades. No momento em que o Presidente Lula criou essa comissão para amenizar os problemas, então qual foi a ordem de trabalho? Abastecimento de água potável cem por cento nas aldeias. Dr. Geraldo Resende, o valor: 2,5 milhões. E até hoje não foi feito absolutamente nada nas aldeias após o término da CPI. Dois milhões e meio foram repassados para o tratamento, para o fornecimento de água nas aldeias,



inclusive com caixa d'água para todas as residências. Infelizmente, esse trabalho até hoje não foi concluído. Na época, seria a conclusão de 402 residências. O Presidente Lula, através dessa comissão interministerial, colocou mais 400 casas. Vocês terão a oportunidade de ver as casas aqui na aldeia, nas aldeias Jaguapiru e Bororó. Recadastramento visando incluir todas as famílias indígenas no Programa Bolsa Família. Inclusão de 400 vagas para jovens no Primeiro Emprego. Em 40 dias, foi determinado pela comissão interministerial que seria inclusive a partir do dia 10 de maio, a construção de 2 Casas da Família, que dariam atendimento a mil famílias, cada uma, visando encaminhamento para as ações sociais, Fernando. Infelizmente, nós não tivemos conhecimento. Através da EMBRAPA, Sr. Presidente, a distribuição de diferentes tipos de árvores frutíferas, de que deveria ser feito o plantio, e também das árvores nativas. Também não tivemos conhecimento de nada que foi determinado pela comissão interministerial. Foi tudo muito bonito na época. Diante disso, Sr. Presidente, eu gostaria, até já finalizando, de dizer aos Srs. membros da CPI que a íntegra da proposta das recomendações e responsabilidades encaminhada aos órgãos competentes para apuração dos fatos, através da CPI do MS, fizesse parte do meu depoimento e que funcionasse como forma de cobrar das autoridades o cumprimento dos seus deveres para com o povo brasileiro, que não houve. Pois temos que admitir: nenhuma providência foi tomada até o presente momento — nenhuma providência, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A própria Justiça se calou até o presente momento sobre as realidades constatadas: desvios de recurso, superfaturamento em todas as ações e programas, má gestão do dinheiro público e o descaso no tratamento aos indígenas. Nenhuma decisão foi tomada. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de pedir a permissão de V.Exa. para fazer a leitura dessas responsabilidades. Posso fazer?

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Tem no relatório.

**A SRA. BELA BARROS** - Elas já constam do relatório. Se não for necessário, tem no relatório. Então, Sr. Presidente, nós conseguimos encaminhar... foi encaminhada, e nós gostaríamos que, em nome dos nossos irmãos indígenas que estão aqui, fossem tomadas essas providências, porque, infelizmente, nada. E nós conseguimos fazer com que esse relatório chegasse às mãos de todos os órgãos competentes: OAB, a própria Justiça Federal, a Polícia Federal, todos aqueles que



poderiam intervir e tentar resolver, ou pelo menos fiscalizar o dinheiro público do povo brasileiro. Então, era isso o que tinha a dizer. Muito obrigada. E estamos à disposição para os questionamentos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço à Deputada Bela Barros.

Iniciamos a segunda fase desta audiência, com a participação dos Srs. Deputados. Pela ordem, o Sr. Relator. Depois o autor e os Srs. Parlamentares que já se encontram inscritos.

Deputado Vicentinho Alves, com a palavra V.Exa., para formular as indagações que couberem aos diversos depoentes.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Sr. Presidente, caros colegas. Cumprimento também os senhores e senhoras convidados para esta audiência pública; cumprimento os Vereadores, as lideranças indígenas, e assim toda a nação indígena que aqui se encontra; cumprimento os servidores públicos e cumprimento a imprensa.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que o problema existe, como disse o líder do povo indígena, e que nós estamos aqui inclusive para tentar... Esta Comissão Parlamentar de Inquérito eu imagino que ela tem a finalidade maior de se aprofundar nos problemas e encontrarmos sugestões propositivas efetivamente, para que a gente chegue a melhorar cada vez mais a condição de vida dos povos indígenas do nosso País.

Eu vou ser bastante objetivo, porque tem os outros colegas, e o tempo já vai avançando.

Vou fazer algumas perguntas aos senhores convidados. Eu gostaria que cada um anotasse para esclarecer melhor, para que a gente possa fazer um bom relatório.

Ao Sr. Josemar Nunes eu quero fazer a seguinte pergunta: quais as principais ocorrências relacionadas com a subnutrição e quais as sugestões que teria para solucioná-las?

É importante ressaltar que esta CPI tem um objeto, que é a causa da morte de crianças indígenas por subnutrição. Então, ela não abrange todo o contexto dos problemas existentes com relação aos nossos índios



A segunda pergunta. Quero perguntar o seguinte: que determinantes da subnutrição são específicos para a população indígena local? Qual a sugestão do Conselho Tutelar para um melhor trabalho com a juventude, as crianças nas aldeias? Ou seja, qual a sugestão para o melhor relacionamento com a FUNAI para que se possa trabalhar em conjunto?

Agora, à Dra. Margarida Nicoletti. Quero perguntar à senhora: em que o problema territorial agrava a subnutrição e quais as sugestões, se caso isso venha a influenciar diretamente, que V.Sa. teria para esta Comissão com relação à superpopulação em relação a uma área territorial pequena? Se isso tem a ver com a subnutrição e qual a sugestão.

Outra pergunta: em que mudou os costumes dos povos indígenas da região nas últimas décadas? Treze mil cestas básicas, como acabamos de ouvir, elas são suficientes para o combate à subnutrição? Paralelo à distribuição de cestas básicas temos um trabalho instrutivo no sentido de os próprios índios produzirem o seu próprio alimento? Além de entregar a cesta básica se há um trabalho no sentido de os índios criarem sua independência com relação à subnutrição? É possível um bom trabalho — outra pergunta em conjunto com o Conselho Tutelar para contribuir com relação ao combate à subnutrição?

Chega-nos uma notícia, Dra. Margarida, de que há um uso... um sistema de arrendamento de terras indígenas. Pergunto a V.Sa. se isso é verdadeiro e que influência, qual a influência que a senhora atribui ao arrendamento de terras indígenas. Se temos pouca terra, por que arrendar e não utilizá-la em prol do próprio índio? Confirme se existe esse arrendamento.

Agora dirijo-me ao Dr. Demétrios, inclusive o requerimento para a presença de V.Sa. é de nossa autoria. Dr. Demétrios, como o senhor compara a situação atual com aquela de 2005, quando os casos graves de desnutrição vieram a público em nível nacional? O Programa Saúde da Família é satisfatório no atendimento às famílias indígenas? Na terça-feira desta semana tivemos na Comissão a Subprocuradora, da República, Dra. Débora. A Procuradoria da República vai em sentido contrário em relação ao que V.Sa. acabou de colocar, já que a instituição de V.Sa. tem aproximadamente 600 pessoas contratadas para prestar serviços aos povos indígenas — parece-me que vi isso agora há pouco. A Procuradoria da



República defende a extinção desses convênios e que se tenham funcionários concursados prestando serviços diretamente. Essa terceirização de serviço, por parte do Governo Federal, não é recomendável. Então, gostaria de ouvir mais V.Sa. sobre essa questão da terceirização de serviços prestados.

Professor em causas indígenas, Dr. Fernando de Souza, conhecedor nativo, cuja fala e conhecimento são importantes — deu para nos instruir bem. Mas quero ser bastante objetivo, até para que possamos condensar uma proposta. Naturalmente esta CPI tem esta finalidade: conhecer melhor e objetivar as sugestões. Assim vamos nos somando com a CPI da Assembléia, vamos nos somando com a Comissão Externa, com a Comissão de Direitos Humanos. Aqui têm Parlamentares de todos os partidos políticos muito bem representados, da Base do Governo, de Oposição ao Governo, mas todos se somando em prol da nossa gente, do nosso povo. Então, que relação tem o aumento do alcoolismo e o consumo de drogas com a desnutrição? Se há uma relação, qual é ela?

Outra pergunta: a atual estrutura de atendimento à saúde na reserva indígena? Ela é suficiente para garantir que o problema da desnutrição não volte a crescer? O abastecimento de água citado pela Deputada, como está o andamento dele? Repito novamente: o Programa Saúde da Família contempla bem o atendimento, além da população, das crianças indígenas?

Mais objetivando, gostaria de ouvir de V.Sa., bem objetivamente, qual a sua sugestão para a solução da subnutrição em crianças indígenas nas aldeias do Mato Grosso do Sul.

Com relação à nossa eminente colega Deputada, também fiz alguns apontamentos: V.Exa., Deputada, colocou que os recursos são satisfatórios e não chegam à aldeias — há desvios de finalidades, superfaturamento, ações sem acompanhamento, sem fiscalização. Eu tenho conhecimento de parte do relatório de V.Exa., por sinal muito bom, louvável o trabalho de V.Exa.

Com relação a essas residências, elas não foram construídas? É isso que a senhora colocou? As 402 e mais 400 sugeridas? A senhora não tem como nos informar quantas foram construídas? O Fernando tem... Se puderem, depois, passar à Comissão seria interessante, para irmos checando e colocando a deficiências, os problemas e as sugestões no final do nosso relatório.





**A SRA. BELA BARROS** - Neste momento, com precisão, eu não tenho como informá-lo.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - A senhora nos encaminha.

**A SRA. BELA BARROS** - Isso. Nós podemos encaminhar.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - É possível?

**A SRA. BELA BARROS** - É possível.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Está ótimo. Com relação às 400 vagas para os jovens de primeiro emprego, aconteceram?

**A SRA. BELA BARROS** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Também é possível...

**A SRA. BELA BARROS** - Não aconteceu. É possível também.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Se ocorreu em parte, às vezes num número "x", não falta tanto, encaminhe também, se possível, à Comissão. Com relação às 2 casas de família, também não aconteceram?

**A SRA. BELA BARROS** - As 2 casas de família também não aconteceram.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - A senhora pode ir anotando e respondendo no final.

Com relação às árvores, também não aconteceram, pelo o que entendi. Se for possível, responda-nos. Se não for possível hoje, encaminhe-nos.

Em que sentido V.Sa. coloca quando diz a Justiça se calou? Se calou em razão de quê? Em razão de um processo em andamento? Em razão de uma denúncia? Enfim, qual a razão de a Justiça ter se calado? Quando fala em Justiça, refere-se a quê? Ao Ministério Público? À Polícia Federal? À própria Justiça Eleitoral ... à Justiça comum? — com ouvido em pré-campanha, às vezes somos atraídos pelas palavras. De modo que gostaria de ter também no relatório, se V.Exa. puder contribuir nesse sentido, quem se calou, para que nos aprofundemos nesse sentido.

Sr. Presidente, senhores presentes, senhoras presentes, lideranças indígenas, senhores convidados, inicialmente, são essas as minhas considerações.

Informo que este Relator procurará se pautar dentro do senso de justiça. Procurarei me aprofundar nesse tema e também procurarei fazer um relatório propositivo, com muito equilíbrio, e espero que esse trabalho do Presidente e de todos os membros desta Comissão possa dar frutos e que a gente possa dar aquela



pequena contribuição no sentido de melhorar a condição de vida dos nossos povos indígenas, que a gente tem a obrigação e o dever de zelar por todos. E eu quero dizer, finalizando, Sr. Presidente, que é o caso daquele exemplo do beija-flor: se o incêndio está muito grande, pode a gente não apagar tudo de uma vez, não é, Fernando?, mas podemos colocar nosso pinguinho d'água no sentido do combate a esses problemas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nós dividimos esse espaço em 2 blocos. No primeiro bloco, os Deputados Vicentinho Alves, que é o Relator, o Deputado Waldir Neves, autor do Requerimento nº 14, e o Deputado Geraldo Resende, autor do Requerimento nº 68, vão se posicionar. Os senhores terão o tempo de 5 minutos para as suas manifestações. Depois, os Deputados Dagoberto, Biffi, Ilderlei e Macris se posicionarão no segundo bloco.

Com a palavra o Deputado Waldir Neves.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Peço licença ao Presidente para falar de pé, porque não consigo falar sentado — fico meio reprimido.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Vital; o nosso Relator, Vicente; os colegas Deputados Dagoberto, Biffi, Geraldo Resende, Vanderlei Macris, de São Paulo, e Ilderlei Cordeiro, do Acre, e os presentes aqui. E quero ser bastante objetivo nas perguntas que quero fazer.

Demétrios, vou começar por você, da Missão Caiuá. O senhor fez um relatório historiando quanto tempo a Missão Caiuá tem de trabalho junto aos indígenas. E eu quero lhe perguntar, e o senhor vai me confirmar. Nesse período em que houve essa mortalidade, realmente de forma relevante, que chamou a atenção de todos os brasileiros, foi o momento em que estava havendo uma transição, ou seja, a Missão Caiuá estava sendo afastada da administração dos convênios. Foi nesse momento que houve a agudização desse problema? É isso mesmo? O.k., depois o senhor vai me responder. Então, quer dizer, houve desvio, naquele momento houve uma nova diretoria da FUNAI, o Dr. Waldir e o Sr. Gaspar, que depois vamos convocar para responder, para ver sua responsabilidade. Então, houve uma mudança, tirou das mãos da Missão Caiuá e passou para a FUNASA. Nesse momento, houve agudização, houve realmente a relevância do problema.



Esse é um ponto. Qual foi a conduta da Missão Caiuá durante esse episódio e a que vocês atribuem essa mortalidade? Isso é aquilo que eu queria me referir ao senhor.

Fernando, eu quero dizer o seguinte: eu não aceito a sua dúvida. Primeiro, vou começar... Eu respondo por mim. Eu tento fazer a minha parte para corrigir algumas injustiças do passado. Não aceito, não admito qualquer dúvida com relação à minha conduta e à desta Comissão. Pela primeira vez na história, um Deputado de primeiro mandato, de Mato Grosso Sul, consegue ser autor de uma CPI na Câmara Federal. Portanto, *(falha na gravação)*. Nós não viemos aqui para resolver o problema do índio como um todo, não temos essa condição. Nós viemos aqui especificamente para nos atermos à solução do problema da questão da mortalidade pela subnutrição que, a meu ver, e pelo que foi colocado aqui, Sr. Presidente, é em função da omissão ou do desvio de conduta, de finalidade de vários programas, porque tem recurso, tem uma instituição, mas não se atinge o objetivo final. Então, é isso que vamos chegar ao final para dizer: *"Olha, nós chegamos a essa conclusão e queremos essas soluções"*. Não vamos fazer desta CPI, às vezes como acontece, palco para, vamos dizer assim, disputa política, porque há um sentimento de equilíbrio. O nosso Presidente, o nosso Relator e os Deputados somos de partidos diferentes, mas queremos um único objetivo: resolver essa situação que envergonha todos nós, sul-mato-grossenses e brasileiros. É isso que queremos buscar: solução, seja de que forma for.

Pois bem. Eu queria dizer a você, Fernando, fazer a seguinte pergunta, rápida e objetivamente a você: de quem você acha que é a culpa do problema da subnutrição, na sua avaliação? Os recursos para a saúde e alimentação que vêm do Governo Federal são suficientes? Na sua visão, quais devem ser as medidas tomadas para se resolver definitivamente essa questão da mortalidade infantil? O planejamento familiar, que não é facultado ao indígena, você acha que é justo? Você acha que as mães indígenas não têm o direito também de fazer o planejamento familiar?

Outra coisa: você é a demonstração inequívoca da evolução e da capacidade indígena. Você acha que o índio ainda deve continuar sendo tutelado pela FUNAI?



Agora, eu quero fazer essa pergunta à Sra. Margarida. A senhora tem quantos anos de FUNAI, presta serviço à FUNAI? A ausência da FUNAI na região — a senhora admitiu que a FUNAI foi ausente durante muito tempo na região —, a senhora atribui essa ausência, vamos dizer assim, o fato de que estamos aqui investigando, a omissão da FUNAI foi que gerou essa situação de mortalidade e de desavença entre os indígenas, na sua opinião? Quais os programas e qual o valor gasto anualmente no apoio aos programas para as índias grávidas, o pré-natal, enfim, os programas sociais do Governo que existem? Quais os programas e quanto é gasto para essa finalidade específica? Qual a ligação entre demarcação e mortalidade por subnutrição, visto que existem programas do Governo Federal com essa finalidade e que não estão resolvendo o problema? Falaram muito em demarcação de novas áreas, enfim, que o índio está segregado, o que nós admitimos. Qual a ligação que isso tem com a mortalidade infantil na sua opinião? A senhora admitiu que a FUNAI é obsoleta e deficitária — admitiu aí que a FUNAI realmente faz 20 anos que não faz concurso, é obsoleta e deficitária. A senhora não acha que chegou o momento de se extinguir a FUNAI e substituí-la por uma agência e se dar mais ênfase aos controles sociais, como o CONDISI e outras, já que a FUNAI está ausente, é obsoleta e deficitária e não consegue resolver os problemas que são da sua alçada? Ou qual a outra solução que a senhora teria?

Qual a posição da FUNAI, o que a FUNAI fez diante de todos esses episódios, esses fatos envolvendo os indígenas, já que ela é responsável pela integridade física e pela integridade territorial dos indígenas? Qual foi a posição? Quais as atitudes que a FUNAI tomou? Ou ela continua omissa?

Muito bem. E agora para a Deputada Bela Barros, que eu conheci, tive o orgulho e o privilégio de ser colega da Deputada lá e acompanhei todo esse trabalho da CPI Indígena, que infelizmente não teve muitos resultados, Fernando, porque não é jurisdição do Deputado Estadual convocar, por exemplo, autoridades federais. É jurisdição federal. Daí por que, quando cheguei na Câmara Federal, com base nisso, que nós não tínhamos poder para requisitar autoridades federais, que tomamos a iniciativa de convocar uma CPI na Câmara Federal, talvez para complementar exatamente esse belo trabalho que a Deputada Bela e a CPI da Assembléia fizeram e que ela tem o relatório para nos mostrar.



Deputada Bela, a senhora nos disse, e a senhora reafirma, que nada mudou, depois do diagnóstico que vocês fizeram das investigações, vocês encaminharam às autoridades, mas até hoje nenhuma mudança, nenhuma atitude, nenhuma decisão, nenhum encaminhamento, mesmo com as denúncias de corrupção, de desvio de finalidade? O Ministério Público Federal, que vive alardeando — adora câmeras —, o que o Ministério Público Federal fez até o momento? Nada. É isso? Muito bem.

Caso tenham ocorrido mudanças, a senhora considera que elas teriam acontecido se a CPI não tivesse feito esse trabalho? Ou seja, a senhora entende que a CPI teve um papel preponderante no sentido de buscar as alternativas e que, mesmo assim, houve falta de continuidade para que esse trabalho pudesse ser concluído? A senhora confirma, então, que as ações divulgadas a nível nacional pelo Governo Federal, da FUNAI e da FUNASA, são ações meramente a título de publicidade, ou seja, as ações ficaram no campo da propaganda e não se tornaram ações reais e efetivas, diante do que a senhora colocou, que nada foi feito diante das análises feitas?

Muito bem, Sr. Presidente. Essas são as minhas indagações iniciais. Posteriormente, farei outras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Geraldo Resende com a palavra.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Primeiro, quero dar boas-vindas aos Deputados que nunca estiveram aqui em Dourados, alguns do nosso Estado, ou seja, estão aqui o Waldir, o Biffi, o Dagoberto e eu; alguns outros estão conhecendo pela primeira vez Dourados e Mato Grosso do Sul. Quero falar da minha satisfação em ver à mesa vários convidados, inclusive por motivação de requerimento de nossa autoria. O Josemar, a Margarida, o Fernando e já conheço a Bela há muito tempo, minha companheira inclusive de partido hoje, e conheço o Demétrios há muitos anos. Quero também cumprimentar as lideranças indígenas aqui presentes. Vejo o Renato, vejo o Luciano, vejo o Getúlio e vejo outras lideranças indígenas. Quero cumprimentar o pessoal da FUNASA que está aqui, cumprimentar os Vereadores. Vejo o Tenente Pedro, o Eduardo Marcondes, daqui desta Casa, e alguns outros que nos acompanham. Quero agradecer o apoio da Polícia Federal, que, de pronto, está nos dando suporte aqui hoje e dizer que quero começar fazendo aqui uma fala em



cima do jornal *Correio do Estado* acerca de uma matéria: “*Cacique questiona utilidade da CPI da Desnutrição*”.

Em respeito ao jornalista, que sei que é uma pessoa devotada à causa, o Viegas, e em respeito também ao próprio cacique que deu essa entrevista, em respeito às lideranças indígenas — e tenho o Fernando com um referencial de uma grande liderança indígena que devota sua vida a favor das questões do seu povo —, eu quero dizer que discordo de alguns tipos de questionamentos acerca da atuação, mesmo porque eles têm uma incompreensão do papel do Legislativo, do papel do Executivo e do papel do Judiciário. O Legislativo não tem o condão, ou seja, não tem função de fazer, ele tem de cobrar das autoridades do Executivo, daqueles que têm missão institucional, de denunciar e de criar, como estamos fazendo aqui hoje, com a presença da CPI, que é uma situação para tentar resolver um questionamento que quase 200 Deputados assinaram para poder a gente discutir essa situação que motiva a nossa presença aqui hoje.

E eu quero dizer que discordo daqueles que têm uma visão de que as Comissões vêm aqui para gastar dinheiro e que muitas vezes não trazem soluções. Trouxeram soluções magníficas, e me perdoe, ex-Deputada Bela Barros, me perdoe inclusive o Fernando, porque em algumas falas parece que as coisas não avançaram e parece que nós, que primeiro chamamos a atenção, muito antes que a CPI da Assembléia, a nossa Comissão foi instalada antes da Comissão e fez um belíssimo trabalho e inclusive cada Deputado recebeu. E quando nós fizemos aquela comissão externa e estivemos aqui, e a Assembléia de pronto também fez uma Comissão paralela, eu acho que esse trabalho foi magnífico, magnífico em todos os sentidos.

Mas há uma figura emblemática que para mim, enquanto Deputado, ela é o símbolo de que valeu a pena. Na página 46 desse material que a FUNASA nos entrega tem uma criança indígena chamada Géria da Silva. A Géria eu conheci, eu vi. E eu entendo que ela está na situação que se encontra hoje por causa do trabalho que nós fizemos, Bela. Porque senão ela seria também mais um número das várias sepulturas de crianças que estavam sepultadas, se nós não tivéssemos feito as nossas Comissões, se nós não tivéssemos denunciado. E quantas Gérias



dessas também poderiam estar mortas se nós não tivéssemos levantado essa situação?

E também digo, Fernando: será que não avançou depois de 2005 para 2008? Os próprios indicadores da Fundação Nacional de Saúde — alguns podem questionar — mostraram que quando tínhamos determinado número de mortes de crianças naquela época, hoje o número é muito menor. Há problemas, eles existem. Como há problemas na população não índia.

E não avançou somente na questão da desnutrição, Sr. Relator, mas avançou na qualidade de vida da população indígena. Depois da denúncia que fizemos, do trabalho que fizemos, remetemos para todos os órgãos: Ministério Público Federal, FUNAI, FUNASA, Governo Federal, Presidente Lula. E várias ações se fizeram presentes.

A questão do abastecimento de água melhorou. Não podemos deixar de entender que houve ações que fizeram com que grande parcela da população indígena hoje tivesse abastecimento de água, que era negado no passado.

Melhoraram as condições de moradia, certamente não com o número que nós entendemos adequado, mas as casas que estavam sendo construídas — e foi denúncia nossa que estavam construindo com péssima qualidade —, 2 delas caíram. E os índios chamavam de casa de chocolate. Houve irregularidade no processo de licitação e no processo de construção. E, depois da nossa denúncia, voltou ao método tradicional de construção, e estão todas elas lá de pé. Quero anunciar aqui inclusive que na próxima segunda-feira mais 200 casas vão ser anunciadas, fruto da nossa ação parlamentar. Vocês, da comunidade indígena de Jaguapiru e Bororó, segunda-feira, mais 200 casas para a reserva indígena, fruto desse trabalho.

Melhorou a questão das equipes do Saúde da Família. O Governo Federal trouxe gente com qualidade, fez intervenção na FUNASA, substituiu os antigos gestores, os responsáveis por aquela situação de 2005. Tanto é que aqueles que estavam na direção da FUNASA em Mato Grosso do Sul foram convidados e estão hoje trabalhando na Fundação Nacional de Saúde. E a gente só ascende de cargo, ou só cresce quando temos reconhecimento do nosso trabalho. Está lá o Guenka. Acho que foi fruto do nosso trabalho que fez com que o Guenka saísse de Campo



Grande, depois do belo trabalho que fez junto com o Nelson e com todos aqui, e ele ascendeu à condição de ser hoje o Chefe do Departamento de Saúde Indígena.

Quero dizer também que várias situações que o Governo Federal fez, fruto daquela Comissão Externa e fruto do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, certamente fez com que avançássemos na questão da problemática da saúde indígena no Mato Grosso do Sul.

Vamos ter que percorrer vários caminhos, mas isso é uma construção a longo prazo. Não dá para mudar do dia para a noite. Semana passada estávamos lá eu, o Danilo Fortes, o Coordenador da FUNASA em Mato Grosso do Sul hoje, Flávio Brito, inaugurando a Casa de Saúde Indígena de Amambai. E a situação de Amambai é mais cruel do que a que vivenciamos aqui em Dourados. Mas já estamos avançando. Assim como outros avanços vão acontecer e estão acontecendo em várias outras aldeias indígenas do Estado. E certamente também vão acontecer no nível nacional.

Mas essa situação também se dá porque no passado as coisas aconteciam e a própria omissão da sociedade, até dos meios de comunicação, entendiam como algo como se chegasse à normalidade. Hoje, neste momento que a gente vive, no novo País que estamos construindo, essas coisas afloram e fazem com que possa ter desfecho de reuniões, reuniões, comissões e comissões que certamente vai fazer com que haja caminhos e a ponte proposta para a gente superar esses problemas.

Para poder encurtar — o Waldir já fez vários questionamentos, e nós certamente vamos ter outros que vão fazer questionamentos aqui —, Josemar, eu gostaria de perguntar: você disse há pouco que um dos grandes problemas que você vivencia para fazer o trabalho do Conselho Tutelar é que há um filtro da FUNAI, ou seja, tem que passar pela FUNAI para depois você executar seu trabalho. Você acha que essas situações dessa falta de entrosamento entre as entidades também contribui para o problema não só da desnutrição, mas outros problemas que o Conselho Tutelar precisa enfrentar junto à população indígena? Há pouco tempo, inclusive, houve a própria questão de adoção de crianças indígenas, que houve denúncias. Eu gostaria que você tecesse comentários sobre essa situação.





Quero perguntar para a Margarida Nicoletti. A senhora pode nos apontar quais os projetos de desenvolvimento sustentável que estão sendo feitos hoje nas reservas indígenas de Mato Grosso do Sul, principalmente de Dourados? E quais os resultados concretos desses projetos? E qual a participação indígena na discussão e na elaboração desses projetos? E se as lideranças indígenas estão sendo ouvidas? E quais os resultados que eles estão trazendo para melhorar as várias questões que são afetadas à população indígena? A senhora entende que só a questão da terra vai resolver, só a questão da demarcação de terra ou de expansão de reservas vai resolver o problema do índio? Temos aqui em Dourados uma reserva indígena exígua, com superpopulação, e em outros locais extensas reservas indígenas, com uma pequena população, mas também existem casos de desnutrição e casos de obesidade, de diabetes, que hoje é o contraponto dessa situação. Ou seja, a simples expansão de reserva indígena melhora a situação do índio?

Ao Fernando. Fernando, houve ou não houve avanços nos indicadores de saúde, após o advento da Comissão Externa e da CPI? Houve ou não houve avanços no tocante à questão da desnutrição e da saúde indígena no Mato Grosso do Sul? Você é o Presidente do CONDISI — Conselho Distrital de Saúde Indígena, entidade que faz o controle social. Você já disse todo o trabalho que faz e como ele é formatado.

Demétrios, hoje há uma CPI das ONGs. Está andando lá. Existem ONGs e ONGs. Houve várias ONGs, inclusive, para tratar saúde indígena, denunciadas por superfaturamento, toda espécie de malversação de recursos públicos. Conheço você, conheço a entidade, conheço também o trabalho que a Igreja Presbiteriana do Brasil em Dourados, tanto a Independente como a outra Igreja, fazem há muito tempo aqui. Eu gostaria de perguntar a você. Diante do próprio chamamento da sua entidade para cuidar de saúde indígena em outro Estado, você não se sente plenamente satisfeito, não sente como se isso fosse um reconhecimento ao belo trabalho que vocês fizeram em Mato Grosso do Sul? Qual o montante de recursos que você recebe, mensal e anual? Quantos servidores você tem sob a sua batuta? E qual é o ganho da entidade para poder fazer esse trabalho que muitas vezes é um trabalho que eu entendo que vocês não fazem visando ao lucro, ou visando ganhar dinheiro, mas por opção da própria Igreja que vocês representam? Quero saber



também em quantos Estados vocês estão hoje? Como é a avaliação que você tem hoje da saúde indígena pós-problemas de 2005? E por que gerou problemas em 2005? E o que você entende hoje, se por acaso de uma hora para outra forem extintos os convênios, como vai ser o subsistema de saúde indígena no País? Isso para que o conjunto das pessoas possam ter essa compreensão.

Ex-Vereadora, ex-Deputada, Bela Barros — foi Vereadora junto comigo aqui na Câmara —, a senhora, na condição de Relatora, e o Presidente Maurício Picarelli, devem ter encaminhado esse trabalho que vocês fizeram da CPI para vários órgãos. Vocês, depois disso, tiveram acompanhamento, tiveram a resposta dos vários órgãos? E, hoje, como você avalia, já que na sua fala, me parece, você falou que muitas coisas não avançaram? Eu, que também fiz parte daquela Comissão Externa, acho que houve avanços. Precisamos, cada vez mais, procurar ter outros avanços, mas gostaria de perguntar claramente para a senhora: hoje a situação indígena de 2008 é igual à de 2005?

São esses os questionamentos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Vamos ouvir todos os Deputados. (*Pausa.*) Todos os depoentes estão anotando aqui.

Com a palavra o Deputado Dagoberto.

**O SR. DEPUTADO DAGOBERTO** - Gostaria de cumprimentar nosso Presidente e, em nome dele, cumprimentar todos os nossos colegas visitantes. Especialmente, quero cumprimentar o Deputado Waldir Neves, o Deputado Biffi e o Deputado Geraldo Resende, que é daqui deste município. Esses 3 Deputados têm trazido muito orgulho para o Mato Grosso do Sul, principalmente o Geraldo, que é daqui de Dourados. Posso garantir a todos vocês que ele luta todos os dias em Brasília em favor desta região de Dourados.

Queria fazer 3 perguntas, Sr. Presidente, rapidamente, a 3 pessoas só. A primeira para a Margarida Nicoleti. Ela falou em relação à ausência da FUNAI, e que de lá para cá, no ano passado, foi criado esse comitê gestor. O que eu queria saber era, se depois da criação desse comitê gestor houve mais falecimentos de crianças.

Queria também saber — você disse que de outubro para cá tem dado essas cestas básicas — se, com essas cestas básicas, tem mudado esse quadro. E se antes não recebiam essas cestas básicas.



E, por último, eu queria saber dessas entidades que estão ajudando a FUNAI, se de fato tem gente ajudando mesmo ou se essas entidades, ONGs, enfim, são apenas de acordo com o que a Deputada Bela Barros disse aí, e que muito me assustou.

Em função disso, eu queria perguntar ao Demétrios. Você falou que você tem 600 funcionários à disposição das aldeias indígenas. Eu queria saber, Demétrios, onde estão e quem são esses funcionários. Eu queria também saber o valor que eles recebem. O Flávio está entrando agora, mas eu gostaria, Flávio, que você mandasse para a Comissão a prestação de contas dessa entidade — onde estão esses funcionários, o nome deles, e que tipo de missão eles estão cumprindo.

Até solicito ao Deputado Vital que peça para a Polícia Federal averiguar algumas investigações em relação a esses contratos que estamos recebendo aqui. Porque todo mundo diz que não há ninguém ajudando, que está tudo abandonado, e estou vendo tanto dinheiro e tanta gente. Então, temos que investigar se, de fato, essas pessoas estão ajudando ou não.

Por último, eu queria dizer ao Fernando — Fernando, não quero dar pito em você, não — o seguinte: não adianta, meu irmão, fazer essas colocações que você fez de forma genérica, porque nós não conseguiremos apurar. Podem vir mais 300 CPIs, e nunca se vai resolver.

Anotei aqui, até de propósito, Fernando. Você falou no seu discurso que não era verdadeiro, que tinha coisa debaixo do tapete, que não funciona, que são medidas paliativas, que nada têm feito, que temos conhecimento, mas que há um pano de fundo, que se precisa de medidas estruturantes. Enfim, se você fizer 300 discursos desse teor, nunca ninguém vai resolver. Preciso saber, verdadeiramente, o que não é verdadeiro, o que é mentira o que está sendo dito aqui. Preciso saber o que está debaixo do tapete. Arranque e fale isso para nós para podermos ajudar. O que não está funcionando, quais são as medidas paliativas que estão acontecendo e o que tem que ser feito verdadeiramente. Você estava dizendo que tem medidas estruturais que podem ser adotadas e que vão resolver o problema. Eu quero saber quais são essas medidas. Então, nós queremos que você fale com clareza, para termos isso em mão e tentar ajudar vocês, porque esse é o nosso objetivo.



Não é em forma de pito, não, quero que você saiba disso, é muito mais para podermos contribuir e resolver, senão, dessa forma genérica que você falou, vamos sair daqui do mesmo jeito que entramos, e vai continuar a situação que aí está.

Por último, eu queria cumprimentar a Deputada Bela Barros pelo relatório que fez. Deputada, eu a conheço, convivi muitos anos com V.Exa. e sei do seu trabalho, e esta Comissão tem obrigação agora de fazer efetuar tudo aquilo que você levantou. Você pode ter a certeza de que lá na Comissão nós somos 4 Deputados aqui do Estado, e apesar do compromisso que tem o nosso Presidente Vital, o nosso Relator Vicentinho, enfim, todos nós vamos trabalhar duramente para podermos apurar aquilo e fazer efetivar aquilo que você apurou. Está bem?

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Dagoberto.

Passo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Biffi, companheiro nosso, conterrâneo sul-mato-grossense.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI** - Obrigado, Sr. Presidente Vital do Rêgo, nosso Relator, demais Deputados, Waldir Neves, Vanderlei Macris, Ilderlei Cordeiro, Geraldo Resende, Dagoberto e os depoentes.

Minha preocupação aqui não é levantar somente as causas, certamente estamos analisando os efeitos da política desenvolvida a partir da crise gerada em 2005. Eu estive acompanhando aqui a Comissão Especial criada pelo Presidente Lula, várias reuniões foram feitas pelo grupo especial, e preocupa, sim, o resultado desta Comissão. Eu fico um pouco preocupado, Deputada Bela Barros, quando da sua afirmação de que nada surtiu efeito, e também do nosso companheiro ao seu lado, que disse também que nada tem sido feito, falando de forma muito genérica sobre a situação.

Quero levantar alguns fatos de lá para cá. Na época, a Deputada disse que haviam sido anunciadas 800 casas, mas que não tem informação de quantas foram construídas. A informação que me chega é de que 600 foram construídas; 400 pelo Governo do Estado, e 200 pela Prefeitura, e que só não se terminou as outras 200 em face da denúncia feita e que, portanto, tudo parou.



Superfaturamento. Nós precisamos saber onde é que está o superfaturamento: nas peças, em remédio, na compra de carros, em semente, em combustível? Onde está esse negócio?

Desvios de conduta. E aí estranha-me que também nessa afirmativa não haja nenhuma punição sendo feita. Qual é a omissão do Ministério Público, que tem sido aí tão, assim, aguerrido, defensor e combatente da corrupção? Se efetivamente há a corrupção levantada pela CPI da Assembléia, estranha-me que o Ministério Público não tenha tomado medidas nesse sentido. Precisamos cobrar do Ministério Público essas medidas, porque ele ganha, e ganha bem, para fazer esse tipo de trabalho.

Bom, algumas coisas, Sr. Presidente, mudaram de lá para cá. Não podemos só jogar pedra, temos que também dizer que houve mudanças, que podem não ser como gostaríamos, mas que houve, houve. O desemprego, a violência, a bebida não estão só na aldeia indígena. Estão também na zona urbana das cidades. Pode ser mais agravado na aldeia indígena. Pode ser. Mas esses problemas estão em toda a sociedade brasileira. Então, devagar, diminuindo essas diferenças, o fosso social... Tanto é que são hoje 8 a 9 milhões de brasileiros que ascendem à classe média, saindo do risco da fome e da miséria, em face das políticas econômicas e também da política de atendimento — o Bolsa-Família, o Segurança Alimentar.

Está certo que não queremos dar comida para o homem, nem o homem quer isso, como o índio não quer, mas enquanto todas as injustiças não são diminuídas ou acabadas, nós temos que minimamente garantir, porque não é só um problema do Brasil, é do mundo. Os países desenvolvidos têm um seguro para cada cidadão, para cada cidadã desempregada, ou que ganha abaixo daquilo estipulado como mínimo. E é obrigação do Governo brasileiro garantir condições mínimas, enquanto socialmente não obtemos a redenção.

Mas, Sr. Presidente, foram construídos, de 2005 a 2007 (*falha na gravação*) ou seja, em 3 anos nós construímos 18, um terço dos postos praticamente; 3 CASAls — Casas de Saúde Indígena, em Dourados, Samambaia e Campo Grande, e outras, não é, Deputado Geraldo, serão construídas. Mais 4 ou 5 CASAls, prontas para serem construídas. Então, o resultado daquelas Comissões, das denúncias, do nosso trabalho em Brasília, tem surtido efeito, sim.



Querem ver mais um dado? A cobertura do pré-natal: em 2004, era de 75% das mães grávidas e, em 2007, chegou a 98,48%. Em 99, Sr. Presidente, eram 140 crianças mortas a cada mil; nós chegamos em 2006, a 38, e em 2007, a 32. E vamos diminuir isso. Crianças, a cada mil.

Mais: está pronta, licitada e vai começar a ser construída, a escola, na *(ininteligível)*. Hum milhão e 300 mil reais serão investidos ali, para permitirmos às crianças da aldeia indígena a possibilidade de terem a sua escola própria. Com uma diferença: em todo o País, é o único Estado brasileiro em que os professores nas aldeias são indígenas. Aqui, nós criamos já há algum tempo, Sr. Presidente — eu fui Secretário de Educação —, o Curso de Formação Normal para Professores e temos hoje na universidade curso específico para isso. É atualmente um dos poucos Estados brasileiros em que os professores nas aldeias são indígenas.

Não pára aí. Se pegarmos, por exemplo, o PAC Indígena, e o Coordenador da FUNASA está aqui e pode muito bem dizer, não sei o momento ou se ele vai expor — e trabalhar em cima do programa especial criado pelo Presidente Lula para que efetivamente possamos fazer o atendimento às crianças indígenas.

Mas, chama-me a atenção nisso tudo essas questões: por que o Ministério Público até hoje não tomou nenhuma medida, para exigir das autoridades competentes, no caso, FUNASA e FUNAI, o cumprimento das metas estabelecidas pelo Presidente da República?

Mais: aqui, o Conselho Tutelar, sobre a dificuldade de relacionamento com a FUNAI. O Conselho Tutelar é autônomo. Não tem que esperar decisão de “a” ou “b” ou qualquer órgão do Governo ou não, Municipal, Estadual ou Federal, sobre sua ação, tanto é que são escolhidos pela comunidade. Estranha-me isso aí. Se está havendo esse cerceamento, Sra. Coordenadora da FUNAI, nós gostaríamos que isso fosse revisto, e, se continuar, que nos denuncie.

Encerro, falando sobre a importância. Eu tenho acompanhado a evolução das lideranças indígenas, o curso das faculdades e temos garantido à comunidade indígena o espaço no ProUni, com bolsas de estudos, com suas cotas na universidade inclusive, para que as lideranças indígenas, os filhos das famílias indígenas possam ter acesso à universidade, para que melhor possam defender a sua gente e o seu povo. O controle social é muito importante. Se recursos existem, e



existem, nós temos que saber melhor controlá-los. E aí vamos cobrar do Ministério Público por que ele não tomou nenhuma medida nesse sentido.

Sr. Presidente, eu sei que nós não vamos... a CPI, neste País, não é o remédio pra todos os males; muito pelo contrário. E ela poderá até não chegar a nada, mas, com certeza, ela vai apontar medidas e vai cobrar das autoridades competentes melhoria dos indicadores, melhoria do atendimento. Se isso não fosse verdade, aquela comissão interministerial criada lá atrás, a CPI do Governo do Estado e a própria Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, que acompanhei, que esteve aqui, esses números, com certeza, não teriam sofrido, pra melhor, essas modificações.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Ilderlei Cordeiro.

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; senhores convidados pra depor aqui nesta Comissão; senhores convidados que vieram prestigiar esta audiência junto com a CPI para tratar, justamente, da subnutrição indígena, das causas dessas conseqüências.

A minha pergunta, eu quero fazê-la para todos: do ponto de vista de vocês, quais foram as causas dessa morte por subnutrição indígena? Foram poucos ou muitos os investimentos? Foram mal administrados ou foram desviados? Quais as opiniões de vocês, que convivem com a realidade, para que se possa melhorar as condições indígenas aqui na região e no Mato Grosso do Sul?

Ao Sr. Josemar Nunes quero fazer 2 perguntas também: como está a situação das doações dessas crianças indígenas? O que você acha? Isso é uma alternativa? Quais as dificuldades que você entende entre Ministério Público e Conselho? Já foram resolvidas? O que podemos fazer para ajudar a ser resolvida essa situação entre Conselho e Ministério Público?

Para a Sra. Margarida: uma das principais reivindicações era o escritório da FUNAI aqui para poder realizar projetos de agricultura de subsistência e desenvolver ações emergenciais. Essa reivindicação, com a instalação, foi resolvida? Qual o



orçamento da senhora para atuar nas suas ações aqui, na região? A senhora concorda com essas doações de crianças indígenas?

Para o Sr. Demétrios: como está o modelo de financiamento aos hospitais filantrópicos, com esses repasses dos recursos que estão sendo aplicados hoje? Qual o valor total que está sendo englobado pro senhor, mensal, para ajudar nessas ações?

E também uma pergunta à CPI – Subnutrição de Crianças Indígenas. Acho até que a nobre Deputada Bela Barros foi Relatora; aqui apareceram vários indícios de irregularidade no relatório dela. Qual foi a atitude que a Missão Caiuá tomou como resposta a essas denúncias nas irregularidades que foram apuradas? Vocês se manifestaram? Como está o resultado dessas denúncias contra a Missão?

Sr. Fernando: na última reunião do Conselho Distrital da Saúde Indígena, foi aprovado um planejamento para saneamento básico distrital: as novas ações que serão executadas durante os próximos 3 anos na área de saneamento indígena. Isso foi no dia 20/12/2007, pelo que eu tenho aqui. Não foi a última audiência de vocês, mas nessa reunião, nessa última reunião, do dia 20/12. O senhor participa de um conselho, aprovaram o Conselho e, de acordo com o senhor, as reuniões do Conselho, durante o ano, foram positivas. As expectativas para os próximos 3 anos são de que o CONDISI — Conselho Distrital de Saúde Indígena tenha uma condição melhor de acompanhar os trabalhos, desde o planejamento até a conclusão de uma obra.

Os problemas sociais indígenas não são de responsabilidade de uma só instituição, são de todos os órgãos, precisamos trabalhar em conjunto.

Então, o senhor mesmo aprovou um plano de governo, participa de várias ações. Já que o senhor participa desse plano, o senhor convive com as discussões, o senhor aparece aqui dando depoimentos de que melhorou a situação da saúde indígena, eu queria saber por que essas reclamações o senhor não faz na hora em que estão juntos as autoridades da FUNASA. Eu quero saber se o senhor faz, porque aqui, nas entrevistas que são feitas, o senhor só elogia. Então, nessas reuniões, por que o senhor não cobra do pessoal também. Enquanto nós estamos aqui realmente para apurar a situação de vocês — queremos ajudar —, quero que o senhor nos ajude também.





Eu sou do Estado do Acre, onde as etnias têm as maiores áreas de demarcações, então o problema lá não é área, justamente; os problemas que temos lá referem-se à dificuldade de reclamações que vão ao Ministério Público sobre desvio de dinheiro — e a subnutrição também acontece lá — e nada é apurado.

Então, eu quero dizer pro senhor que, realmente, eu me preocupo com a situação indígena porque convivo na Amazônia e vejo, realmente, as dificuldades.

Eu quero que o senhor nos explique por que, realmente, essas suas indagações não chegam e, se chegam, por que não são apuradas. Porque o senhor participa de vários conselhos da situação indígena.

E à Sra. Margarida: como a senhora já falou e os nossos amigos também falaram, a senhora vai passar todo um relatório pra nós... Desculpe-me, D. Margarida, não, Sra. Bela. No seu relatório consta também que o dinheiro foi depositado, obras que não foram concluídas e as que foram concluídas? A senhora poderia passar pra nós também um resultado sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, como último...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Meu caro Presidente, quero cumprimentar meu colega, Deputado aqui, do Mato Grosso do Sul, que foi o autor da nossa CPI, acho que até por conta de não ver resultados efetivos em função daquilo que foi objeto de uma boa investigação da Assembléia de São Paulo pela então Deputada Bela Barros. Deixo um grande abraço aqui para o Waldir Neves por essa iniciativa e, evidentemente, ao Resende, que é daqui também e a todos os colegas meus que aqui estão pra contribuir com esse trabalho.

Eu tenho, muitas vezes, um pouco de preocupação em acreditar na palavra oficial. Eu já fui Governo anteriormente, hoje estou na Oposição. Não sou de Mato Grosso do Sul, sou de São Paulo e, portanto, quero dar minha contribuição de maneira independente, um pouco mais longe do dia-a-dia dessa luta de que os meus colegas participam e em que vocês todos estão envolvidos, principalmente a comunidade indígena.

Então a palavra oficial sempre vem em defesa do Governo. Difícilmente, um governo consegue reconhecer os erros que tem. E aqui, muito menos que dar



importância à palavra oficial, prefiro dar importância àqueles que vivem, no dia-a-dia, aqui, como é o caso do Fernando, que é Presidente do CONDISI; do Demétrios, que está aí o dia inteiro convivendo com esse problema; da Bela que foi partícipe dessa grande investigação; e também do Josemar, que faz uma crítica forte, de que não tem condições de trabalhar, porque a FUNAI não o autoriza a fazer esse trabalho lá.

Eu queria saber, primeiro, Margarida, por que isso acontece? Por que o Josemar não pode desenvolver o seu trabalho? Quais as dificuldades? Será que ele não merece a confiança? Será que ele tem participação política que o impede de desenvolver esse trabalho? Será que ele tem dúvidas na sua folha corrida? Existe folha-corrida do Josemar, para evitar que ele possa dar a sua contribuição também e trabalhar com os adolescentes lá? Essa é a pergunta que eu queria deixar para você, Margarida.

Outra coisa: existe da sua parte alguma filiação política ou não? Qual a sua história? Você vem de onde, para poder assumir essa função na FUNAI? A sua presença é suficiente para poder diagnosticar efetivamente as questões indígenas? E os seus relatórios são remetidos ao seu superior hierárquico? É possível você remeter a nós, da CPI, os relatórios que realiza nas suas visitas ou nas suas questões levantadas, nas suas convicções e conclusões levantadas em relação ao seu trabalho? É possível que esses relatórios sejam remetidos? Nós gostaríamos de solicitar, se for possível, oficialmente aqui.

Outra questão que também eu gostaria de levantar: há um desentendimento da FUNAI com a FUNASA? Qual a sua concepção na relação FUNAI/FUNASA, porque já vejo que há desentendimentos aqui em relação ao Conselho Tutelar. E eu queria saber se também há em relação à FUNASA.

Outra questão que eu gostaria de levantar: a presença da FUNAI, e sua observação foi muito clara: *“Estamos organizando”*. Quer dizer, essa palavra *“estamos organizando”*, no gerúndio, essa palavra *“organizando”* é uma palavra que nunca acaba, só organizando. Quais são as atitudes específicas que a FUNAI tomou, sob sua gestão, para encaminhar essa questão a partir da crise de 2005?

Josemar, você disse que está impedido de trabalhar na comunidade. *“Nós queremos colaborar como parceiros”*, foram a suas palavras. *“A FUNAI nunca dialogou”*. Você já procurou a FUNAI para dialogar? E onde é que você



pontualmente encontrou dificuldade? Por favor, deixe nome para gente. Nós queremos saber quais foram as pessoas ou qual foi o momento exato em que você sentiu, e com quem, essas dificuldades.

Demétrios: *“Infelizmente, algumas parcerias são desvirtuadas”*. Quais são essas parcerias a que você se referiu? Parcerias do Governo com as ONGs? Onde é que elas desvirtuam? É o recurso público que está sendo desvirtuado? É a ação dessas organizações? É possível você nominá-las?

*“Subnutrição é um problema maior que a saúde”*. Por que você considera isso? Hoje, na sua concepção, Demétrios, *“a subnutrição é um problema maior que a saúde”*, pelo que você afirmou. Por que você considera a subnutrição um problema maior que a saúde? Você disse uma coisa muito séria aqui, muito grave. *“Você, na medida em que trata de desnutrição, chega um determinado momento, você tem que entregar, novamente, essa criança para a comunidade. E, a partir daí, ela está fora da sua atividade”*. Quem seriam os órgãos que teriam que cuidar dessa criança após o tratamento? Você acha correto isso ou se deveria dar continuidade a essa atenção, no caso de uma desnutrição constatada?

Fernando de Souza. Você, Fernando, me deixou muito bem impressionado com o seu conhecimento em relação à vida do seu povo. Você chegou a dizer, num determinado momento, que *“fomos ameaçados e intimidados”*. Quais foram as ameaças e as intimidações que você recebeu? Quero só dizer a você que aqui nós temos poder de Polícia. A CPI é um órgão que tem poder de Polícia. E as palavras de vocês vão ser consideradas como testemunho. Isso para nós é muito importante. E nós precisamos saber disso: saber onde estão as ameaças e as intimidações. Acho importante, para que a gente tome conhecimento. *“As ações todas foram paliativas”*. Queria perguntar se você considera isso real. Quer dizer, se foram paliativas, elas não estão, ao longo do tempo, surtindo efeito. Elas podem surtir efeitos momentâneos. Isso não é bom. Quer dizer, não há um política específica de médio e longo prazos e, sim, socorro e UTI. Se isso é confirmado, eu queria só que você desse, mais uma vez, o seu depoimento, confirmando, se é que entendi muito bem.

*“As famílias se encontram em dificuldades, apesar dos incrementos de recursos”*. Você considera que houve incremento de recurso, ao longo desses anos,



a partir de 2005, à disposição, na solução desses problemas? Na sua visão, esse incremento de recurso que houve, a partir de lá, teve uma seqüência de acontecimentos na mesma proporção do volume de recursos destinados a essas atividades na solução dos problemas da comunidade indígena? Ou seja, se está muito distante o volume de recursos que você entende que foram destinados para resolver uma série de questões que aqui foram levantadas, se está muito distante do que efetivamente se chegou na ponta, ou seja, na conseqüência e nos atos realizados? Então, eu queria que você desse também informações nesse sentido.

E a Bela Barros, nossa ex-Deputada, foi muito dura. Foi contestada fortemente por alguns de nossos colegas que mostraram, evidentemente, avanços nesse processo. Evidentemente, alguma coisa tem que acontecer, minimamente. Agora, esses avanços foram suficientes para estancar uma crise? Parece-me que não, pelas suas palavras. Eu queria que você me desse mais um pouco de informação a respeito disso, porque essas informações, para nós, vão ser muito importantes para o relatório final que o nosso colega vai apresentar. Tenho certeza de que o Deputado Vicentinho, uma pessoa competente, vai levar em conta cada um dos detalhes aqui trazidos. E nós vamos finalizar uma CPI com um relatório que vai, evidentemente, não solucionar todos os problemas, mas vai identificar, vai, com certeza, diagnosticar cada um deles e vai apresentar uma proposta de solução para todos eles, para todos os órgãos envolvidos nessa questão.

Então, uma das questões que me chamou a atenção foi o volume de recursos que você mencionou, 2.5 milhões de reais, e, até hoje, nada foi feito em relação a abastecimento de água. Quer dizer, como é que você tem conhecimento desse volume de recursos? Como é que você sabe que ele não foi aplicado? Dois milhões e meio, e até hoje nada foi feito.

Então, era isso, Sr. Presidente, algumas considerações que queria fazer, as perguntas que tenho interesse.

Para finalizar, quero deixar para o Fernando apenas uma questão: o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde, em reunião realizada em 2007, denunciou que o volume de recursos públicos destinados à saúde indígena aumentou em mais de 100% no primeiro Governo do Presidente Lula, mas a assistência piorou na maioria dos distritos e a mortalidade infantil indígena é o dobro



da média nacional. Eu queria saber se você concorda com essa decisão ou essa consideração feita pelo Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Macris.

Nós estamos concluindo a segunda fase desta audiência pública. Quero dizer aos senhores que a partir de agora nós vamos ter as considerações finais e as respostas às indagações dos 5 depoentes.

Esta CPI, pela motivação e entusiasmo dos Deputados de Mato Grosso do Sul, trouxe para Dourados e para a Capital nada menos que 8 Deputados. É efetivamente um número expressivo e até muito maior do que a média de comparecimentos em audiências, em diligências de outras CPIs — temos outras CPIs em andamento na Casa, em prosseguimento na Casa —, as quais não têm participação tão efetiva de Parlamentares que não têm vinculação com o Estado: Acre, São Paulo, Paraíba, Tocantins. Isso faz com que ao País nós estejamos dando uma demonstração da importância que é o nosso assunto e o tamanho da nossa responsabilidade. Estamos aqui para discutir o problema da subnutrição indígena. Este é o nosso foco, este é o nosso limite e, para isso, nós estamos com a responsabilidade nacional de apresentar responsáveis e propor soluções.

Às indagações que foram dirigidas aos senhores dos mais diversos Parlamentares, 7, portanto, uma média de 4 indagações por Parlamentar, V.Sas. e V.Exa. Sra. Deputada, terão um prazo de 5 minutos, prorrogáveis por mais algum tempo para respondê-las.

Gostaria que, com a experiência e a inteligência de que são detentores, os senhores e as senhoras possam dar um caráter global à resposta, porque muitas perguntas têm iguais significados e têm as mesmas origens. Por isso, sem se reportar ao Deputado que as fez, todos nós haveremos de recolher as suas respostas como fonte jurídica, legal para que alimentemos o nosso Relator. Enfim, todas elas vão contribuir para o sucesso desta CPI.

Com a palavra, pela ordem de manifestação, o Sr. Josemar Nunes para responder ao conjunto de perguntas que lhe foram feitas.



S.Sa tem 5 minutos.

**O SR. JOSEMAR NUNES DOS SANTOS** - Bom, a primeira pergunta: quais as principais ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar em relação à desnutrição. Nós atendemos geralmente quando a FUNASA já tem feito lá o seu primeiro atendimento, o agente de saúde já visitou, e, constatada a desnutrição, há necessidade da internação dessa criança. E aí tem a resistência por parte dos familiares em deixar que essa internação seja feita. Muitas vezes: *“Não, vamos levar para um atendimento espiritual”*. Quando se fala em atendimento espiritual não inclui somente lá o pajé. Existem muitos fatos aí: *“Não, vou levar para o meu pastor lá da minha igreja, ele vai orar e vai ter a cura e já está resolvida a situação”*. Então, nós somos acionados; nós vamos lá e colocamos que realmente existe a necessidade, lógico, do atendimento espiritual, mas também existe a necessidade do atendimento técnico, do atendimento do médico. E aí Deus vai estar usando a mão do médico para que possa haver essa cura. Então, essa é uma das principais ocorrências. E outra que também é volumosa é a questão da fuga hospitalar. É constante a FUNASA ligar, ou enviar ofício: *“Olha, fugiu; a mãe foi lá ver a criança e levou a criança”*. Aí nós vamos atrás; nós vamos na casa; nós vamos nos parentes; vamos procurar localizar. E, às vezes, a gente não localiza de imediato, porque não vai para a casa de um parente, não vai para a casa onde reside, porque sabe que nós vamos lá. E o fator determinante, para nós, da desnutrição é alimentar, é falta de alimentação, é falta... Nós entendemos... Eu não quero polemizar, mas eu concordo plenamente com o Fernando de que é necessário dar para o índio a condição de ele produzir, de ele poder trabalhar, poder cultivar o seu próprio alimento. Isso não é uma questão que nós vamos dizer: *“Olha, é uma questão da FUNAI”*. É uma questão de se pensar politicamente, de se aumentar a área, de se investir mais no índio para que ele possa produzir a sua própria alimentação, para que ele possa pescar o seu próprio peixe. Que peixe não venha à mesa já pronto para que ele possa se alimentar desse peixe. É necessário dar condição. A nossa sugestão para melhorar o trabalho de atendimento é o diálogo. Nós sempre dialogamos com a FUNAI, com a FUNASA. Nós sempre tivemos diálogos calmos, diálogos tensos, não é, Dr. Zelik? Diálogos, assim, de pegar fogo, mas sempre chegamos a um denominador comum. Nunca houve um isolamento, nunca houve uma questão de a FUNASA, às vezes,



ter algo contra o atendimento do Conselho Tutelar, ela ir lá na Imprensa Nacional e fazer aquele auê todo. O Dr. Zelik se lembra. Quantas vezes o Dr. Zelik me chamou lá na FUNASA e, vamos ser sinceros, nos passou aquele pito: *“Olha, eu acho que é assim, assim”*. E nós temos a humildade de reconhecer e voltar atrás. Então, o diálogo é o fator principal. Se tiver diálogo entre FUNASA, FUNAI, lideranças indígenas, nós vamos chegar a um denominador comum e nós vamos poder trabalhar essa situação. Sem diálogo, não existe possibilidade, nada. Isso eu aprendi desde a minha época de movimento estudantil, que nada, nada a gente consegue enfiando goela abaixo, mas, sim, conversando, dialogando. Aí, sim, a gente vai conseguir. O diálogo é primordial. Foi perguntado se essa filtragem (*falha na gravação*) Ministério Público contra quem quer que seja. Nós vamos entrar, nós temos essa liberdade, nós temos essa, essa autoridade de entrar com o pedido, porque é crime embaraçar o trabalho do Conselho Tutelar. Ao nosso ver, contribui, sim. Esse final de semana houve um feriado e tinha uma criança internada no Hospital do Trauma e havia a necessidade da intervenção do Conselho Tutelar para que se fosse aberta uma vaga no Hospital Universitário, na UTI, porque essa criança estava correndo risco de morte. E depois houve a necessidade de localização dos familiares dessa criança, da mãe, do pai, que deixaram a criança e voltaram para a sua aldeia. E nós ficamos, assim, meio temerosos de tomar uma atitude.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Sa. tem mais 1 minuto.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Ligamos para a FUNAI, para o auxiliar da administradora da FUNAI, ligamos para a assistência social, e nós não conseguimos localizar ninguém. A FUNASA nos providenciou essa localização. Na questão da adoção da criança indígena, que foi publicado em jornais, nós contestamos isso. O Conselho Tutelar nunca conduziu alguém para adoção de criança indígena até porque não é função do Conselho Tutelar. Eu não sei de onde saiu essa conclusão. Durante o ano de 2006 e 2007, nós fizemos, o Conselho Tutelar abrigou 52 pessoas. Nós temos documentado aqui, eu fiz questão de documentar, passar abrigo por abrigo, e nós devolvemos todas praticamente. Na época da denúncia que saiu no jornal, nós tínhamos 13 crianças abrigadas nos



nossos abrigos. Por que não nos procurou, para saber se era verídica tal denúncia? Hein? Diálogo, é só diálogo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu encareço aos senhores depoentes, porque as perguntas foram muitas, tenham um caráter objetivo nas suas respostas.

Algumas questões que foram... O Deputado Vicentinho está me socorrendo, dizendo que algumas questões poderão ser respondidas à Comissão por escrito, se V.Sas. assim desejarem.

Dra. Margarida, com a palavra.

**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Eu agradeço a oportunidade de poder responder por escrito. Porque eu recebi muitas perguntas, e não sei se vai dar tempo. Então, eu vou improvisar algumas aqui. Às demais, respondo por escrito. Em que mudaram os costumes indígenas? Eu acredito que não mudaram. Nós temos a assessoria de antropólogos, no nosso trabalho, e somos orientados quanto a isso. O que acontece é que essa aldeia de Dourados é muito próxima da cidade e muitas vezes há esse confronto de cultura, confronto na cultura. Agora, o que acontece é que, graças a Deus, eles estão tendo oportunidade de estudar, de trabalhar, de terem trabalhos com carteira assinada. E isso não acredito que haja mudança na cultura. Cesta básica: A FUNAI entrega... de outubro para cá... Antes quem entregava era a FUNASA. E, em dois mil... até 2006, dezembro de 2006, o Governo do Estado também entregava. Paralelo a isso, a FUNAI vem propondo e realizando um trabalho em parceria com as Prefeituras, com o Governo do Estado, no preparo do solo, na agricultura de subsistência, sendo que a FUNAI não tem técnicos suficientes, técnico agrícola, engenheiro agrônomo, para cuidar desse trabalho de monitoramento. Porém, conta com apoio das Prefeituras, principalmente aqui em Dourados. Um trabalho muito bem-feito e com apoio do Governo do Estado, com técnicos qualificados, que dão essa assessoria a campo. Conta também com o apoio da EMBRAPA, uma grande parceira nossa nesse trabalho. É possível um trabalho em conjunto com o Conselho Tutelar? Não só é possível, como ele existe. Eu quero aqui comentar também sobre a imprensa. Eu também fui vítima da imprensa em colocações equivocadas. E quero dizer que o Josemar sempre foi um grande parceiro nosso, bem antes de eu ser administradora da FUNAI. E reconheço





o trabalho deles. E esse diálogo ele vem acontecendo. Inclusive nós estamos realizando capacitação, qualificação, porque compete à FUNAI, sim, coordenar os trabalhos e orientar. Nesse caso, nós estamos oferecendo qualificação para todos os gestores da Pasta, todos os gestores sociais, de como intervir sem a gente ferir a cultura indígena. Arrendamento de terra existe? Infelizmente ocorrem esses boatos. Porém, nós estamos fazendo, a FUNAI está fazendo um trabalho em parceria com a Polícia Federal, num levantamento, para ver se procedem. Em caso de procedência, a FUNAI está atuando, intimando. Inclusive eu já intimei algumas pessoas para prestarem esclarecimento de trabalho na aldeia indígena e, não sendo com equipamento de órgãos públicos, irão responder por isso, no caso de existência. Porém, no momento, ainda não tenho uma resposta. O trabalho está sendo... O levantamento está sendo feito. Quantos anos de FUNAI? Eu não tenho muitos anos de FUNAI. Entrei na FUNAI, na administração, não foi indicação política. Eu entrei por causa do trabalho técnico que eu vinha realizando. O Presidente da FUNAI, em outubro do ano passado, pediu que eu assumisse, na ausência... quando o atual Presidente pediu para sair daqui, que não era daqui. Ele pediu que eu ficasse uns 60 dias na administração. E depois os índios pediram para ele... Uma comissão de indígenas esteve em Brasília e pediu que eu continuasse. Eu entrei aqui, então, por conta de um trabalho técnico que eu já vinha desenvolvendo como assistente social. A ausência da FUNAI contribuiu para que ocorressem mortes de crianças? Eu acredito que se tivesse um trabalho a contento poderia ter contribuído para que não acontecesse tantas. Vai contribuindo, evitando isso. Existem também programas sociais que vêm... recurso fundo a fundo com o município. E quem executa, quem coordena os programas sociais é o município. Tem o Bolsa Família, tem o CRAS Indígena, que foi construído depois de 2005, e tem o PETI Indígena também, além de outros programas sociais que a FUNAI contribui para que o índio possa ter acesso, que são aposentadorias, são benefícios sociais ligados ao INSS. Em se tratando de extinguir a FUNAI, não creio que seja esse o caminho. O caminho é reestruturar a FUNAI. Tanto que o presidente da FUNAI está fazendo esses encaminhamentos em Brasília para que a FUNAI possa fazer concurso e qualificar a sua equipe no atendimento aos povos indígenas. Isso em nível de Brasil, não só aqui. Os projetos... Em relação ao recurso que nos foi perguntado, a FUNAI tinha um



recurso anual de 600 mil. Do ano passado para cá, ela aumentou, em parceria com outros órgãos. No caso, emenda parlamentar recebeu 900 mil ano passado; e projetos com o MDS recebeu mais 450. Então, aumentou o seu recurso em aproximadamente 1 milhão e 500 mil reais. Só a questão da expansão da terra vai resolver o problema? Creio que não. A expansão da terra é um elemento muito importante. Eu considero importante. Uma vez trabalhando e conversando com os povos indígenas, eles reclamam isso freqüentemente e reclamam também da falta de espaço. Muitos grupos não têm onde plantar. Muitos grupos têm apenas um pedacinho de terra onde mora. Acredito que expandindo vai contribuir para a diminuição dos problemas. O Comitê Gestor é um grande parceiro da FUNAI, fazendo articulação junto com os demais Ministérios e Governos. No caso, o Comitê funciona só aqui no Mato Grosso do Sul, na região sul do Estado, e ele é nosso parceiro na articulação com outros Ministérios. Tanto é que as emendas, o recurso do MDS vieram tudo via Comitê Gestor, com apoio do Comitê Gestor. Em se tratando de números de óbitos, é de competência da FUNASA responder a essa pergunta, porque a FUNAI não coordena a saúde indígena. Em relação ao escritório da FUNAI, passando de núcleo para administração, a gente percebe que melhorou muito no atendimento. O processo... A FUNAI está num processo de estruturação, reestruturação da casa, qualificando seus técnicos, contratando ou aguardando também o concurso para novos técnicos. Nós contamos hoje, depois de 3 anos solicitando: 2 Procuradores Federais na FUNAI; em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, nós temos um advogado, temos intérprete, temos estagiários no setor do Direito e temos também... A FUNAI não tinha assistente social. Ela contratou assistente social de 2005 para cá. Então, são essas as melhorias que ela se propôs a fazer, e fez. Agora, nós sabemos que as demandas aqui são muitas. Nós temos uma assistente social, e não é suficiente. A proposta está sendo revista a fim de contratar mais. Nós temos realizado também trabalho em parceria com a FUNASA, dialogando em relação a essas questões e contando com apoio deles. Não há nenhuma crise aqui, local, entre FUNAI e FUNASA. Se a minha presença é suficiente? Eu acredito que aqui nós temos... Nós temos uma população equivalente a 40 mil indígenas. Eu sinto que a minha presença só não é suficiente. Porém, o Presidente da FUNAI tem conhecimento do nosso trabalho aqui quase que



diariamente. Eu relato para ele todos os fatos, todos os conflitos, todas as situações e solicito freqüentemente mudanças para cá, no sentido de fazer concurso público e melhorar o atendimento da FUNAI, qualificar mesmo. Inclusive temos um projeto de qualificação dos funcionários, que ficaram 20 anos sem receber qualificação nas suas ações. O objetivo da FUNAI é qualificar as suas ações. Eu acho que eu respondi.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - A sua filiação partidária, a senhora tem filiação partidária?

**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Eu me filiei ao PT em 1999, porém eu não sei nem se está valendo ainda, porque teve um recadastramento e eu não fiz. Eu preciso verificar.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Eu queria fazer... O Sr. Presidente permite? A senhora afirmou aí que foi conduzida por um apelo das comunidades indígenas, mas uma manifestação da platéia... E aqui tem um *blog* de hoje dizendo:

*“A situação em Dourados saiu fora dos limites. A administradora da AER, nomeada por indicação do PT, cometeu tantos erros indigenistas que levou os índios Guarani e Terena que lá vivem a pedir sua saída. Como ela não saiu espontaneamente, eles fecharam a sede da FUNAI e pediram ao Governador do Estado para intervir.”*

Então, parece que não há unanimidade. E eu estou na manifestação da platéia. Então, parece-me que aqui há um outro problema, que é a presença da senhora, que realmente não... E outra questão: o Sr. Josemar, no início, manifestou a dificuldade de diálogo, que ele tinha dificuldade de fazer o trabalho dele. Aí a senhora o contradisse dizendo que não, que há o diálogo. Ele manifestou sinal dizendo que não há esse diálogo. Então, precisamos aqui extrair a verdade. Não viemos de longe aqui, para sair daqui com a impressão de que está tudo certinho, tudo bem, e, ao retornarmos, a problemática continuar. E me parece que o problema está dentro de casa. Então tem que ser resolvido aqui, e por isso que nós gostaríamos que a senhora fosse mais firme nas suas posições, porque, senão, vai complicar.



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - E também a senhora não respondeu a uma pergunta que, para mim, é fundamental. Quais efetivamente são os projetos de desenvolvimento sustentável dentro das reservas indígenas de Mato Grosso do Sul que a FUNAI trabalha, monitora? É piscicultura, agricultura familiar? Que tipo de trabalho tem sido feito... que a FUNAI coordena dentro da reserva? O Comitê Gestor que a senhora disse, foi criado que dia? Me parece que foi dia 19 de abril de 2006. Quantas reuniões ele teve? Quem é o Presidente? Quais são os órgãos que compõem esse Comitê? Como é que é feito, se está feita a ata, se a senhora tem condições de mandar as atas das decisões que o Comitê Gestor tomou e quais as ações que efetivamente ele tem empreendido aqui para solucionar os graves problemas que a gente enfrenta nas comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra a Dra. Margarida, para essas indagações suplementares.

**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Sr. Presidente, eu peço ao senhor que me permita responder por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Tem permissão V.Exa.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente, permita-me. Eu queria que o senhor fosse complacente. A gente até sacrifica o almoço, porque nós estamos entrando em regime, mas que ela pudesse ter mais 3 minutos para ela responder. É importante sairmos daqui com as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa... Pergunto á depoente se ela tem condição de responder a essas indagações de forma preliminar, para satisfação dos Srs. Deputados e, depois, encaminhar por escrito, de forma complementar?

**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Eu acabei respondendo, no decorrer da minha fala. Eu vou me tornar repetitiva. Então, eu peço ao senhor para me permitir responder por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Dr. Demétrios...



**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente, perdoe-me eu ser insistente. Eu acho que tenho aqui a anuência dos colegas. Nós fizemos perguntas nova. Ela está se omitindo de responder.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Ora, mas como ela não tem condições de responder? Ela responde pela FUNAI aqui. O assunto é premente, e ela não tem condição de responder? Como é que não? Papel aceita tudo! Ela vai mandar e vai mandar umas respostas pelo papel e ninguém vai poder chegar a ela. Ela tem que responder agora, sim. Esta Comissão tem um papel de inquérito aqui, essa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Sr. Demétrios Lagos Pareja.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente, eu volto a insistir com V.Exa. Eu não abro mão de que a depoente, Sra. Margarida, representante da FUNAI, responda em viva voz, perante esta platéia e esta Comissão de Inquérito, às indagações feitas por mim e pelo Deputado Geraldo Resende.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra a Dra. Margarida para esclarecimentos finais.

**A SRA. MARGARIDA DE FÁTIMA NICOLETTI** - Nós temos aqui na platéia um grupo de representantes indígenas. Nós não temos toda a comunidade. Porém, estão presentes o Sr. Getúlio, o Sr. Ivo Porto, Sebastião Ars, Dona Alda, que estavam junto na reunião em Brasília, e pediram ao Presidente da FUNAI que eu continuasse mais um tempo. Outra pergunta que possa talvez... Vou repetir mais uma vez: na agricultura de subsistência, a FUNAI conta com o apoio das Prefeituras, do Governo do Estado e da EMBRAPA, como também tem a piscicultura, através de Carteira Indígena, e construídos açudes onde se coloca peixe para a comunidade. Nós temos também os trabalhos sociais em parceria com a Prefeitura, que eu já disse: o PRAS Indígena, o PET Indígena e os encaminhamentos ao INSS que a FUNAI faz quando solicitado pelos povos indígenas; na questão de documento indígena, a FUNAI melhorou o seu serviço, oferecendo os documentos em tempo hábil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Sr. Demétrios Lagos Pareja.



**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Eu queria começar por uma pergunta bastante interessante que o Deputado Vicentinho Alves nos fez: se o PSFI é satisfatório. E é muito importante a gente entender que a saúde indígena é trabalhada hoje através de um Programa de Saúde Familiar Indígena, que é excelente. Ele, no papel, é uma das formas mais inteligentes de se fazer saúde, atenção básica que se pode ter. É o médico, é a equipe multiprofissional indo na residência do paciente, tratando, respeitando as suas...principalmente no caso das etnias indígenas, da necessidade de respeito etnocultural. Então, o Programa de Saúde Familiar Indígena é satisfatório nesse aspecto, sim. Na prática, hoje, o Programa de Saúde Familiar Indígena do Mato Grosso do Sul foi sendo construído até 2004, muito bem construído, se tornou modelo a nível nacional, se tornou modelo para a UNESCO, a ponto de virem pacientes do Paraguai para cá, indígenas virem morar aqui para ter acesso a essa questão de saúde. Então, a saúde indígena cresceu. E o Deputado me pergunta a situação atual e a de 2005. O que eu gosto de lembrar com relação a isso é que houve, sim, avanço, de 2004 para 2005, mas houve avanço nesses 8 ou 9 anos de saúde indígena, houve um avanço grande. Porque — só citando a mortalidade infantil, que é o principal indicador, que a própria Organização Mundial de Saúde aceita — nós tínhamos 140 óbitos por mil nascidos vivos em 99. Aí veio numa decrescente — e até nesse material que foi colocado para os Deputados tem —, houve uma decrescente bastante significativa, mais de 15% ao ano. Em 2004, com a mudança de gestão... E aí não me compete, eu não tenho... Mas com outros problemas e, segundo a Comissão, segundo a CPI, até problemas de ordem de gestão do financiamento por parte da coordenação anterior. Eu não tenho acesso a isso, mas o que nós vimos na mídia foi isso. E por conta desses problemas houve um agravamento nos indicadores. Agravamentos, diga-se de passagem, eu me lembro que respondi isso para a Deputada Bela Barros, que não eram significativos. Em termos de saúde propriamente dita, não eram aumentos expressivos. E a Comissão deve ter aferido isso e deve ter levantado outros problemas; deve ter, não, levantou outros problemas que existiam na gestão. Mas houve esse pico na piora dos indicadores, e aí novamente voltou com a ação específica da Comissão Nacional, voltaram a cair os indicadores, e hoje nós temos indicadores... E aí é que eu acho importante levantar e fazer uma segmentação



entre os indicadores da saúde indígena e a desnutrição propriamente. E aqui já respondo, porque digo que a questão da desnutrição é maior do que a saúde, porque, em termos de saúde indígena, temos uma comunidade vivendo numa condição de IDH — Índice de Desenvolvimento Humano muito pior do que a média. E, no entanto, os indicadores estão próximos da média nacional. Então, é óbvio que os indicadores de saúde indígena, pelo menos no Mato Grosso do Sul, e aí é preciso fazer o entendimento. A nível nacional, não se conseguem esses indicadores, mas a nível de Mato Grosso do Sul são bons indicadores, sim. E o PSFI, então, nesse aspecto, em Mato Grosso do Sul, é um programa de saúde familiar efetivo, melhor do que os urbanos, não tenho medo de dizer isso. E é efetivo. Basta ir nas aldeias e você vai saber que os médicos vão para a aldeia, que os enfermeiros estão envolvidos, que existem agentes comunitários de saúde indígena treinados e trabalhando. Tem os problemas? Tem, mas, de uma forma geral, é bastante satisfatório. Com relação à Dra. Débora, ao questionamento dela, existe realmente essa divergência. Legalmente, na prática, o Ministério Público do Trabalho e as outras autoridades fiscalizadoras, Controladoria-Geral da União, entendem que o programa é uma terceirização ilegal, que a FUNASA, não só com a Comissão Caiuá mas com toda as ONGs, faz uma terceirização ilegal. Inclusive já existe um... Em 2004, houve um posicionamento — isso é muito importante que seja registrado —, em 2004, a própria FUNASA solicitou do Tribunal de Contas da União se ela deveria continuar, se ela poderia continuar fazendo esse tipo de convênio, principalmente para a obtenção dos funcionários. E o Tribunal de Contas da União se posicionou dizendo que, enquanto não houver uma outra alternativa, que a FUNASA continuasse... Parece que o Deputado quer me fazer um aparte.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - É um aparte no sentido de que o Ministério Público do Trabalho, também a CGU e todos esses órgãos, eles não aprovam. Eles sugerem uma redução gradativa para até o término da terceirização. Então, realmente essas instituições também vão de forma contrária a essa terceirização. Naturalmente, eles entendem e compreendem — e eu até compreendo que não se deve cortar do dia para a noite —, mas eles pensam e trabalham nesse sentido também do Ministério Público, do fim da terceirização, que



efetivamente os funcionários públicos é que devem assumir diretamente essas atividades, com o que eu concordo plenamente.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - E aí o Deputado me permite me posicionar, já que o Deputado queria ouvir a minha posição. No meu entendimento e pelas experiências anteriores, infelizmente você não consegue ter o médico, enquanto profissional, funcionário público ou outras categorias profissionais, desempenhando a sua função num ambiente bastante dificultoso, desempenhando a contento. Já existe experiência com os ianomâmis. Ao final de 2 anos, quando se obtém a estabilidade, como funcionário público, ninguém quis mais continuar fazendo saúde indígena.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Eu só quero mais uma explicação, Demétrios, para eu compreender melhor. Sendo funcionário público, servidor federal, não se acha, não se faz. Sendo terceirizado, se faz. Por quê?

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Porque, se não fizer, ele é demitido. No caso do funcionário público, tem que se instaurar um processo administrativo, que leva anos. Existe a questão da estabilidade, se ele não cometeu uma falta grave registrada num processo administrativo e tudo o mais. Então, é fácil de perceber que realmente...

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Pelo que V.Sa. está colocando, está muito mais para uma questão de gestão pública, dificuldade na gestão pública.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Dificuldade de gestão pública.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Quer dizer, para o Governo Federal é muito mais fácil para ele, no caso, terceirizar, do que assumir a responsabilidade. Porque eu entendo que saúde pública é um dever do Estado. Ele não tem que ser terceirizado, na minha concepção.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Um outro embate que vai acontecer é a questão salarial. A terceirização aqui, no Mato Grosso do Sul, é feita através do Conselho Distrital de Saúde Indígena; toda a política salarial — e aqui já respondendo ao questionamento do Deputado Dagoberto — toda a política salarial do Mato Grosso do Sul é discutida dentro do Conselho Distrital de Saúde Indígena, que aprova a política. E, com base nessa política, é que é feita a planilha orçamentária que vai gerar o contrato e o repasse de recurso para a Missão Caiuá.





Esse é um outro imbróglio, porque, dentro da carreira do funcionalismo público, ele provavelmente não vai conseguir ter uma remuneração, como estatutário, que ele conseguiria como celetista.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - V.Sa. pode nos informar quanto é o custo, quanto a missão Caiuá cobra do Governo Federal para prestar esses serviços?

**O SR. DEMÉTRIOS DO LAGO PAREJA** - A Missão Caiuá — e aí respondendo ao que o Deputado Geraldo nos colocou — não recebe um centavo de taxa administrativa nesses processos. Nós, hoje, temos 3 convênios. Nós fomos convidados, pelo excelente trabalho que fizemos aqui, a administrar Minas Gerais, a situação dos maxacalis; e fizemos, em 2003, uma redução de 90% da mortalidade dentro da aldeia; em 2004, nós retrocedemos, como expliquei na minha primeira fala; e agora, recentemente, fomos convidados para ir para o Maranhão, que é uma outra situação bastante complicada. E, a partir de julho de 2007, é que conseguimos efetivar alguns trabalhos lá. Temos o convênio, então, do Maranhão, de 2 milhões e 998 mil e 517; de Minas Gerais, 2 milhões 960 mil; e de Mato Grosso do Sul 11 milhões e 100 mil reais. Os funcionários nossos, nesse material, na página 77, todos os funcionários do Mato Grosso do Sul estão elencados. Toda a lotação desses funcionários, o número desses funcionários está na página 75, 76, 77 desse material que foi passado a V. Exas. É interessante dizer que esse material não foi confeccionado pela Missão Caiuá. Esse material foi confeccionado pelo Departamento de Saúde Indígena, pelo DSEI — Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul, porque eles têm todas as informações que são passadas, rigorosamente em dia, inclusive as nossas prestações de contas são disponibilizadas para o DSEI, são enviadas para Brasília, através do DSEI, são aprovadas pelo DSEI, acompanhadas pelo Controle Social. E nós nunca tivemos uma reprovação ou uma impropriedade em nossas prestações, muito menos improbidades. Com relação ao questionamento com relação à CPI anterior, que eu saiba, do conhecimento que nós tivemos do relatório, a Missão Caiuá não teve nenhuma citação nas impropriedades encontradas e improbidades encontradas. A Missão Caiuá não respondeu porque ela não foi citada.



**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Dr. Demétrios, só mais uma última pergunta, porque há outros colegas que também querem esclarecer.

É um imbróglio isso aí. À medida que temos 600 funcionários, aproximadamente, na Missão Caiuá, e a FUNAI...

**O SR. DEMÉTRIOS DO LAGO PAREJA** - São 400. Deixa só eu fazer essa correção. São 418 aqui, no Mato Grosso do Sul, mais cento e poucos em cada um dos outros 2 Estados.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Está certo. E os órgãos dizem que faltam funcionários, faltam pessoas.

**O SR. DEMÉTRIOS DO LAGO PAREJA** - Na saúde indígena, não.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Nós estamos discutindo isso aqui.

**O SR. DEMÉTRIOS DO LAGO PAREJA** - Na saúde indígena, no Mato Grosso do Sul, falo isso com todas as letras, não. As equipes multiprofissionais de saúde indígena estão bem contempladas. Os recursos são bons; poderiam ser melhores para outros trabalhos que precisam — por exemplo, a questão psicossocial. Mas são recursos significativos, bem aplicados e suficientes.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Esses convênios são anuais?

**O SR. DEMÉTRIOS DO LAGO PAREJA** - São convênios que têm até 60 meses de duração, mas são renovados anualmente. Os valores são previstos; anualmente; são prestadas contas conforme parcelas recebidas.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Concluindo, Sr. Presidente. Quero dizer, Demétrios, que, particularmente, minha formação política é no sentido de (*falha na gravação*) .. deve ser terceirizado. Nada contra a Caiuá. Nada contra. É um pensamento, a formação política minha, que segurança, saúde e educação é dever do Estado. O Estado tem a responsabilidade direta. Porque à medida que se terceiriza o atendimento, se está terceirizando responsabilidades. Particularmente, como Parlamentar, eu tenho um pensamento dessa natureza.

**O SR. DEMETRIOS DO LAGO PAREJA** - Nós respeitamos. Inclusive, a missão Caiuá, é bom que se diga — gostaria que isso ficasse bem registrado também —, foi convidada a participar. Por diversas vezes, ela saiu, ela não autorizou a renovação do convênio. Uma das vezes, inclusive, a chefia do Distrito Sanitário veio a Dourados, porque a assembléia da missão havia recusado continuar



participando, solicitando que houvesse essa continuidade. Até não me lembro qual dos Deputados me perguntou “e se houver a extinção desses convênios?” Hoje, a FUNASA não tem a menor condição de suportar esse trabalho, que é feito, Deputado, em co-gestão. Acho que um diferencial do Mato Grosso do Sul é a questão da co-gestão. Os funcionários contratados pela missão da Caiuá estão sob gestão da responsabilidade do gestor público, do responsável sanitário que é o chefe do DSEI.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Presidente, permita-me. Eu só queria que V.Exa. — depois o Deputado Vanderlei também quer fazer uma pergunta —, em relação... Aqui, pelo que a gente percebe, a missão Caiuá, tem salvo-conduto, que, em nenhuma das investigações, ela movimentava qualquer malversação. A minha pergunta se até exatamente nesse período de transição em que V.Sa. foi um pouco reticente, não quis se aprofundar — 2004, 2005. Quando, efetivamente, houve um descontrole e o fato veio à tona numa gravidade singular. Foi quando, exatamente, a Missão Caiuá se afastou. Aí o senhor disse “ Ah, mas não quero falar sobre esse problema”. O senhor contribuiria muito com esta Comissão, até para a elucidar problemas futuros, se o senhor pudesse nos ajudar, dizendo, mais claramente, quais foram os fatores que levaram e por que, em 2005, especificamente houve um aumento na mortalidade e esses fatores.

Outra questão, para finalizar — aí já é outra pergunta, fora essa. Pelo orçamento e pela quantidade de pessoas na saúde indígena está tudo bem. Quer dizer, as mortes que ocorrem são por outras causas e não mais por subnutrição. Talvez por raio, alguma coisa assim?

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Respondendo, em 2003, a Missão tocou; até meados de 2004, a Missão tocou a saúde indígena, fazendo uma, digamos, para numerar, 60% das ações de saúde indígena. A partir da mudança da IN 001, da Secretaria do Tesouro Nacional, que passou a exigir das empresas privadas em convênios com o Governo Federal, a execução e o cumprimento de todos os ditames da Lei nº 8.666/93, que é a Lei de Licitação, a Missão Caiuá falou “bom, nós não temos condições e estrutura para obedecer; nós fazemos em preço e condição muito melhor do que se possa querer; só que, para fazer os ditames da lei, não temos condição; e a FUNASA tem toda a estrutura montada”. Então, a Missão



preferiu não fazer, parar de fazer aquelas ações, uma grande parte das ações que fazia, como compra de medicamentos por exemplo. Nesse período, também, houve as mudanças na gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena. O que se fazia, em co-gestão, eu não tenho como dizer se houve qualquer irregularidade. A Missão Caiuá geriu dinheiro; colocou os funcionários à disposição; e a parte dela, fez e fez bem feita. A parte que competia à FUNASA, a CPI apurou algumas irregularidades a que tive acesso pela mídia; não tenho nem como dizer a respeito delas. Que houve algumas irregularidades e algumas dificuldades na gestão, houve. Ponto. Com relação à outra pergunta que o senhor fez de por que continuam morrendo as crianças, a mortalidade infantil hoje é principalmente por causa de natimortalidade e outras causas que não a subnutrição. Então, o número real, o número de óbitos de criança de zero a 1 ano diminuiu em 2006; o indicador de mortalidade infantil aumentou, por quê? Porque diminuiu também a taxa de natalidade. Nesse material tem bem explícito isso aí. Então, outra peculiaridade do programa é essa: ele tem hoje conseguido diminuir, mas não consegue diminuir mais taxa de mortalidade, porque existem outras dificuldades socioculturais que precisam ser transpostas. Hoje, o Programa de Saúde Familiar Indígena chegou num limite, que, para que haja melhorias, é preciso que haja outros tipos de melhorias na comunidade, certo?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Demétrios.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É só o seguinte: quantas equipes de Programa de Saúde Familiar Indígena hoje?

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Nós temos no Estado ... Por exemplo, Dourados, são 5 equipes. No Estado, como um todo, nós temos os pólos e em cada pólo é dimensionada uma quantidade necessária de equipes: Amambai tem 3, Iguatemi tem 1, dependendo da população atendida.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quer dizer que no Pólo de Dourados há 5? Cinco equipes?

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Cinco equipes. E o que chamamos de equipe é o médico ...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Completas.



**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - ...o enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - São equipes completas.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - São equipes completas.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Está bom, obrigado.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Com atendimento e tudo o mais. Eu só queria colocar ainda a questão ...

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - Sr. Demétrios, só para fazer uma indagação da sua resposta à minha.

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Sim, pois não.

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - Eu fiz essa pergunta se há indício de irregularidade, porque eu queria saber desse depoimento do Deputado Estadual Maurício Picarelli, porque ele informou que “serão averiguados recursos repassados à Missão Caiuá, através do convênio com a FUNASA. Conforme o petebista, os valores gastos com a captação de funcionários ultrapassam 100 mil reais, sendo esse superior ao valor gasto com medicamentos que geram o montante de 400 mil reais”. Eu fiz essa pergunta, porque ouvi aquele depoimento dele e é a mesma pergunta fazendo logo outra: Por que realmente — se isso é verdade — acontece mais gasto com funcionários do que com medicamentos?

**O SR. DEMÉTRIOS LAGOS PAREJA** - Essa afirmação, que eu saiba, não ... Ela é recente? Se não me engano, é da época da CPI. Na época, a Missão Caiuá gastava com medicamento — nós tínhamos um rol de 100 itens. No Mato Grosso do Sul, não houve falta de um item durante o ano inteiro, não houve falta de abastecimento de nenhum dos itens, nenhum. Não houve um item que pudesse falar: “*Olha, faltou uma semana*”. Não faltou e, no entanto, gastamos esse montante de dinheiro e ainda assim gastávamos com capacitação. Porque o profissional, principalmente o agente comunitário, precisa da capacitação, e essa capacitação não foi feita só pela Missão Caiuá, foi feita também pela gestão direta da FUNASA. Mas esses valores são perfeitamente explicáveis. A Missão Caiuá, desse período para cá, passa anualmente, todos os convênio dela são auditados por auditores da Fundação Nacional de Saúde, e tivemos auditoria de 2005 para 2007 — 2005 tivemos, 2006 e 2007 —da CGU, Controladoria Geral da União. Graças a Deus e



por méritos de bom desempenho, não tivemos nenhuma indicação, nunca a Missão Caiuá precisou devolver algum dinheiro por alguma atitude de improbidade que tenha sido detectada em alguma prestação de contas. E eu queria só colocar, na questão de ... O que eu disse com relação ao que o Deputado Macris nos perguntou sobre desvirtuamento de ONGs, é que houve situações de desvirtuamento, principalmente no Norte, em que ONGs... A gente tem conhecimento também e eu não tenho como nominá-las, porque eu tenho conhecimento pela mídia. Subnutrição é maior que a saúde, acho que ficou bem explícito o que eu quis dizer. Hoje, alguns Deputados nos perguntaram sobre qual nosso posicionamento com relação à desnutrição. E o meu posicionamento é realmente a questão da dificuldade em outras áreas, não na saúde indígena propriamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Sr. Fernando de Souza, Presidente do CONDISI.

Saúdo o Deputado Estadual Ari Artuso, presente a esta sessão.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Bom, primeiro, eu gostaria de esclarecer o porquê da minha abordagem de forma genérica. O CONDISI, o Conselho Distrital de Saúde Indígena, é um colegiado que representa os povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Logo, e em função do tempo de que a gente dispõe, eu não poderia estar abordando os problemas e as ações de forma localizada, porque cada aldeia tem as suas especificidades e demandam uma ação diferente. Por essa razão, as minhas observações e esclarecimentos foram de forma genérica por conta do tempo e porque cada aldeia também tem as suas especificidades. Se eu for entrar em detalhes de cada aldeia, nós precisaríamos talvez ficar aqui o dia inteiro e os senhores só me ouvindo. Bom, em relação aos dados técnicos de indicadores de saúde que foram colocados, bem como às ações desenvolvidas pós Comissão Externa, pós CPI, pós Comitê Interministerial, agora já vou falar de forma localizada aqui especificamente na área de Dourados, podemos dizer que perfeitamente houve, sim, avanços. Tanto é que na minha primeira fala eu disse isso. Houve implemento de recurso, logo, alguns avanços que os nossos indicadores de saúde que podemos ver claramente. Não vou aqui entrar em dados técnicos, até porque tem os técnicos que posteriormente poderão fazer isso aí, e o senhor também já tem em mãos o índice de mortalidade infantil, quantas crianças



morreram de 2001 até 2007, de zero, menor de um ano e de 1 a 4 anos, que esses números mostram que houve uma melhora significativa. Tanto é que houve uma redução de morte de crianças. Um outro esclarecimento que eu gostaria de fazer é que esses dados refletem as ações de atenção básica desenvolvida pelas equipes multidisciplinares de saúde indígena. Então, com a intensificação e a reorganização das ações dessas equipes de forma continuada dentro das aldeias, houve, então, essa redução significativa de morte de crianças indígenas ao longo dos últimos 3 anos. No entanto, ainda morrem, só que quando, também na minha primeira fala, disse que a gente está discutindo saúde de forma ampliada, focalizando um pouco fora da atenção básica, o que é atenção básica, que também é do conhecimento dos senhores, a questão da alimentação, da moradia, do saneamento básico, meio ambiente, renda, educação, são outros fatores que estão além da responsabilidade da atenção básica, que é desempenhada hoje pela FUNASA. A gente tem feito uma longa discussão dentro do Conselho Distrital de implementação dessas ações. Tanto é que ontem estávamos em reunião do Conselho Distrital em Campo Grande, nós convocamos para estar participando da nossa reunião o Conselho, ou melhor, o Ministério Público Federal da Região Norte e da Região Sul do Estado, os representantes dos administradores da FUNAI da Região Norte e da Região Sul e o Ministério Público do Trabalho, no sentido de a gente estar discutindo algumas ações e problemas sociais da aldeia que nós, conselheiros, possamos estar encaminhando no sentido de minimizar essa situação. Contamos ontem com a presença do Administrador Regional da FUNAI de Campo Grande, com o Procurador Público Federal também de Campo Grande e o Procurador do Ministério Público do Trabalho. A ausência da Margarida e do Dr. Charles foi em função da CPI e também de outros eventos que eles tinham uma capacitação, uma oficina que teve esta semana. Então, a ausência deles foi justificada. Mas, na próxima reunião, já estaremos convocando novamente todas essas pessoas para que a gente possa avançar nessas discussões. Essas coisas são denunciadas pelo CONDISI, sim, são questionadas as ausências dessas ações. Em relação à matéria citada pelo Deputado aqui, que, às vezes, há algumas falas minhas, essas falas são retratadas em nível de atenção básica. Então, a atenção básica, hoje, a organização de equipe multidisciplinar de saúde indígena está a contento, está atendendo a demanda.



Temos assim alguns problemas pontuais, administrativos e burocráticos do próprio sistema hoje que acaba emperrando a atuação mais efetiva dessas equipes. Eu poderia citar aqui a questão, por exemplo, do fornecimento de medicação hoje. As aquisições de medicação hoje, que são disponibilizadas, são 130 itens que a FUNASA disponibiliza para a população indígena. Hoje, a aquisição dessas medicações está centralizada em Brasília. Sabemos do processo burocrático, de licitar processo licitatório, as empresas participantes. Se uma questiona, tem um prazo para recorrer, depois a entrega da medicação. Quando ele centraliza em Brasília o montante de aquisição de uma medicamento é uma quantidade volumosa. Logo, demanda tempo, armazenamento, distribuição e aí, infelizmente, acabou afetando com que essas medicações chegassem nas aldeias. Nós, do Conselho, fizemos aqui em Dourados uma manifestação, um protesto pela forma hoje como está centralizado em Brasília, e houve uma descontinuidade dentro da aldeia. Denunciamos, se for preciso, algumas irregularidade que porventura a gente observa e é detectada por nós, executada pela FUNASA. Fazemos isso, sim, mas também damos os méritos quando necessário, quando a equipe vai bem. Em relação ao abastecimento de água dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, ainda há uma deficiência muito grande. Isso se deve em função de que muitas vezes as pessoas que cuidam do orçamento da União, do orçamento dos órgãos, não percebem e não vêm as especificidades das comunidades indígenas. Às vezes, com 2 mil metros de rede dentro de uma aldeia, eu posso fazer apenas 5 ou 10 ligações, o que é totalmente diferente das cidades. Com 2 mil metros na cidade, eu ligo, sei lá, mil casas, por exemplo. Na aldeia se faz 10 casas. Logo, isso tem um certo peso dentro do orçamento. A gente sabe que hoje as instituições trabalham com um teto. O nosso planejamento distrital, o último plano que nós fizemos relacionado à questão do saneamento básico foi um planejamento participativo, ouvindo as lideranças, as bases. Fizemos em cada aldeia, levantamos as necessidades dessas comunidades, depois fizemos o condensamento dessas informações em nível de Estado. Tira-se um valor mais ou menos, calcula-se o valor, quanto nós vamos precisar para um período de um ano para executar as obras que foram levantadas dentro da aldeia. Suponhamos, aí, que a gente levante um montante. O último que eu me lembro foi 6 milhões de reais para atender as





necessidades básicas, não 100%, mas as necessidades básicas. Vai para Brasília, tesoura pela metade, em função do teto que a instituição tem. Logo, é impossível a gente atender. E é difícil as pessoas que cuidam do orçamento entenderem essas especificidades das comunidades indígenas. Hoje, em Dourados, por exemplo, nós temos na Aldeia Bororó 76 mil e 800 metros de rede de água que atende 98% da população. Em Jaguapiru, nós temos 47 mil, 750 metros de rede, que atendem 89% da população. Só que atingir 100% é difícil, porque cada dia, diariamente, semanalmente, aparece casa nova aqui, lá, lá, e essas pessoas, essas famílias exigem esses benefícios. É o direito delas de cidadãos, e aí a gente esbarra, infelizmente, no teto orçamentário para trabalhar a questão da ampliação da rede de água. Este ano, por exemplo, nós tínhamos previsto a ampliação de rede aqui com mais 140 ligações. A gente está tentando lutar para contemplar quase que 100% da aldeia. Nós estamos aí com problema acho que de recursos nesse sentido. Eu preciso checar essa informação. Eu soube assim de forma sem ser oficial. Eu preciso checar oficialmente esses dados. Agora, em função do clima, em função do consumo que é aumentado diariamente, e às vezes ainda falta de educação, de como usar de forma racional a água, às vezes, numa determinada hora do dia, o pico de consumo é muito alto que, às vezes, há uma deficiência de suprir em todas as torneiras, manter com água 100%, 24 horas do dia. Esse não é um problema só da aldeia, mas das cidades, enfim.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI** - Fernando?

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI** - Desculpe-me interrompê-lo, mas V.Sa. está passando um problema que parece um problemão.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Certo.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI** - Eu vou pegar aqui o exemplo que V.Sa. citou de Dourados. População atendida com água abastecida na Aldeia Bororó. Bororó tem 1.282 casas; na Aldeia Bororó tem 1.257 ligações. Ou seja, 98% da aldeia são atendidos com água. Eu indago aos presentes: qual é a cidade que tem isso? Não existe. Vou mais longe: Jaguapiru, que tem 1.266 residências, tem 1.126 casas atendidas, que dá 89%. O índice mais baixo está na Panambizinho, com 64% da população atendida. Então, está fazendo aqui um



cavalo, uma tempestade em copo d'água, uma tempestade em copo d'água. Porque a maioria — a maioria, não! —, a totalidade das cidades de Mato Grosso do Sul não tem esse índice. Então, nós precisamos ter essa preocupação. Quando a gente coloca a denúncia, parece, como foi colocado aqui, que foram 2 milhões que sumiram com água, e tal, enquanto nós temos um plano, aqui, de aplicação — a FUNASA está oferecendo aqui, olha — em todas as aldeias que expressa índice muito alto de atendimento com água tratada. Então, na verdade, não é um problema grave. É um problema.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Em Dourados, não é, Biffi?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI** - Não. Qual é outra cidade, vamos lá?

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Só me deixe concluir o raciocínio, pode ser?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI** - Não. Não, é aquela discussão que nós fizemos aqui: a sua generalidade... a sua generalidade fica parecendo que isso aqui é um problema... Vamos ver: aqui um quadro da FUNASA que está atestando uma ou outra aldeia que tem dificuldade de atendimento, mesmo. Ela tem um programa traçado, aqui, de investimento. Agora, a grande maioria das aldeias não tem o problema da água tratada. São poucas residências.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Bom, agora, fechando esse raciocínio, para se ter uma noção: quando eu disse que, às vezes, surgem novas casas e que essa família demanda de água — como ocorreu um caso. Não vou citar o nome, mas ocorreu um fato específico. A casa saiu uns 3 meses atrás, 5 meses atrás, 4 meses atrás, aproximados, chegou uma nova família numa determinada água. Ela não tinha água. Ela foi à FUNASA, solicitou e, como não estava no planejamento, era nova casa, teria que aguardar... Foi à FUNAI, reclamou a ausência de água; foi ao Ministério Público Federal, reclamou a falta de água. O Ministério Público Federal notificou a FUNASA: "Você é obrigado a pôr água naquela determinada casa". É um direito do usuário, é um direito dos nossos parentes, só que está fora do nosso planejamento. Então, são coisas... Aí isso sai na mídia, sai na imprensa e, enfim, é muito complicado a gente estar discutindo problemas localizados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Para concluir, Fernando. Fernando, para concluir.

**O SR. FERNANDO DA SILVA SOUZA** - Concluir. Em relação a como resolver toda essa situação, citei vários problemas. Os problemas sociais, esqueci-me de falar, que são o alcoolismo, a droga, têm aumentado os casos de desnutrição. Isso é um problema real. Hoje, existem famílias que são dependentes de álcool, de drogas, que têm crianças menores. E aí posso estar sendo... Pode ser que até que se pegou uma forma de retaliação, mas é uma realidade, porque as famílias, às vezes, estão alcoolizadas, e há crianças menores que dependem do pai e da mãe para se alimentar. Chegamos a ter caso de criança menor de ano que dependia da mãe, e a mãe alcoolizada. Essa criança ia se arrastando até a mãe para poder sugar o leite materno. Então, são problemas sociais que não competem à atenção básica, estão mais para a ausência de outras ações políticas, como a questão da renda, do emprego, da educação. Num levantamento que eu fiz — não é dado oficial —, de forma genérica, sobre as mortalidades infantis de crianças que morreram de diversas causas, a grande, quase na sua totalidade, o grau de escolaridade das famílias era zero. Então, o incremento na educação; a ampliação das salas de aulas, de escolas, cursos, talvez, de forma integral; oficinas de capacitações para as famílias, um modelo específico aqui para Dourados ajudaria a minimizar essa questão da desnutrição; a questão do incentivo e apoio à produção de forma diferenciada, dentro da sua limitação do pouco espaço de terra que ele tem. É preciso pensar numa ação auto-sustentável para essas famílias. Isso, com certeza, contribui para diminuir ou minimizar a questão da subnutrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Para concluir, a Deputada Bela Barros vai fazer uma breve explanação com relação a essas palavras.

**A SRA. BELA BARROS** - Eu gostaria só de colocar ao nosso Presidente que, infelizmente, o assunto torna-se muito complexo, porque não dá para... Hoje, falar de subnutrição, a gente entende que é o reflexo da nossa subsistência. Então, por isso que se torna complexo e, às vezes, o tempo realmente é curto para se discutir. Mas eu gostaria só de lembrar que quando houve a Comissão Externa — porque aqui também veio a Comissão externa, que foi uma iniciativa do Deputado



Geraldo Resende, na época —, quando ela esteve aqui, veio junto o colega, o Deputado Fernando Gabeira. O Fernando Gabeira, Deputado Biffi, disse ao Sr. Gaspar Hickmann, que era, na época, Coordenador da FUNASA: “Índio não bebe cana, índio bebe água”. Então, infelizmente, quando eu coloco os dois milhões e meio, foi isso que aconteceu. E hoje nós realmente temos: Aldeia Bororó, 98% de cano; Aldeia Jaguapiru, 86% de cano. Água, nós não sabemos por que não chega. Não chega! É preciso que esta Comissão venha também de forma — eu não sei agora me expressar —, sem avisar. Sem avisar. No momento da Comissão, no momento da CPI, do MS, houve um transtorno muito grande dentro da aldeia e uma movimentação muito grande querendo resolver, em 60, 90 dias, o que não se resolvia há muito tempo, e com dinheiro, porque tinha verbas. Agora, com a vinda desta Comissão, aconteceu a mesma coisa na aldeia. A movimentação foi muito grande de 5 dias para cá. Houve muita movimentação de carros, do pessoal, tentando fazer com que as coisas por lá estivessem andando bem. E não é verdade. Eu gostaria também de colocar ao Dr. Geraldo Resende, quando me perguntou... Ele afirma que realmente houve uma melhora grande, avanços. Houve. A gente sabe que houve, com relação à FUNASA, Dr. Geraldo. A gente sabe que houve. Inclusive, quando se fala em construção de prédios... Eu até nem vou colocar isso, até pela FUNASA, mas eu acho que é mais a preocupação dos próprios Deputados Federais que representam o Mato Grosso do Sul, que têm tido essa preocupação de trazer para cá os prédios, para que eles possam dar a condição de um trabalho mais digno para essas pessoas com relação à saúde. Dentro das Aldeias Jaguapiru e Bororó — estou falando isso aqui, porque, infelizmente, hoje, eu não tenho mais cargo; eu não participo mais da CPI. Fui Relatora. Então, eu não tenho um acompanhamento. Posso até fazer esse acompanhamento se a Comissão exigir de mim e se for importante esse trabalho, mas, infelizmente, eu não tenho tido contato direto. Tenho, porque quando vocês forem para a Aldeia, vocês vão verificar que termina a casa de Dourados, começam as residências das aldeias. E eu sou uma vizinha delas. Mas eu gostaria de colocar para vocês que 32 agentes de saúde que nós tivemos, no ano de 2005, continuam até hoje. Trinta e dois agentes de saúde, que são homens e mulheres, dentro da aldeia. Então, não houve uma modificação. Infelizmente, eu tenho que colocar aqui para vocês, porque é o que foi pedido aqui,



para que a gente possa falar a verdade. Quando nós pedimos aí... Quando a gente colocou, e eu fui cobrada, como é que eu falo que esses recursos foram satisfatórios? Foram. E todo o nosso trabalho que foi escrito e que vocês já têm em mãos, podem constatar: óleo *diesel* era distribuído para mim, só que não chegava na aldeia — chegava para alguns apaniguados; trator, sempre quebrado nas aldeias. E quando tinha a contratação por terceiros, quando não era da associação, quando era por terceiro, havia contradições de hora trabalhada com hora paga; sementes, quando chegavam à aldeia, vencidas e de péssima qualidade; até pregos nunca chegaram. E tinha pá, enxada, balde, rastelo, e nunca chegaram isso para nenhuma residência indígena; alimentação, para alguns apaniguados — isso tudo consta do relatório; alimentação, foi descoberta, eu não posso precisar o montante, mas foi descoberto, no momento da CPI — não foi por nós, não, foi pela imprensa — , 1 pavilhão, um número muito grande de alimentos que estavam estocados, guardados e que não foram distribuídos para os índios, e na época estava acontecendo a morte por desnutrição.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Deputada Bela, a senhora me concede um aparte, apenas para clarear aqui o que houve.

Eu ouvi do Dr. Demétrios que... (*Falha na gravação.*) ...acaba de dizer que mantém os mesmos 32 e que o número de índios nas aldeias, e que, conseqüentemente, está faltando isso aqui.

**A SRA. BELA BARROS** - Uma área extensa. Inclusive, é uma área extensa, porque hoje, a pretexto (*falha na gravação*) agência eles têm, inclusive, a dificuldade de locomoção, porque há 5 anos eles receberam a primeira bicicleta e nunca mais eles tiveram esse...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Então, a colocação da senhora é nesse sentido, que falta (*falha na gravação*).

**A SRA. BELA BARROS** - Falta, falta.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES** - Falta.

**A SRA. BELA BARROS** - Agora, com relação (*ininteligível*) se tem mais uma denúncia: por que a cesta básica de ontem foi diminuída. Nós tivemos conhecimento disso pelos próprios agentes comunitários que fazem esse acompanhamento. Quando eu tomei... Foi-me perguntado: por que eu disse aqui que a Justiça se



calou? Eu quero dizer para vocês que diante das denúncias que foram colocadas no papel e que foram enviadas à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério da Justiça, ao Departamento da Polícia Federal, à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Saúde, ao Ministério das Cidades, à OAB e a vários outros órgãos — e todos receberam cópia —, quando nós afirmávamos, quando a CPI afirmava o superfaturamento em todos os programas — e vou dar aqui só um exemplo: era gasto 1 carro popular zero quilômetro/mês para conserto de viaturas da FUNASA. Lá, em 2005. Lá, em 2005. E só com conserto de carro. Os desvios de finalidade, os contratos com empresa para o trabalho da terra, que não tinha, existia essa contradição hora/máquina trabalhada e hora paga. A ação criminosa, Sr. Presidente, a ação criminosa que não foi falada aqui. O Dr. Geraldo falou muito rapidamente aí da ação criminosa da empresa AC Construtora — até hoje não se localizou o dono dessa empresa, que não tem endereço. O endereço não foi encontrado durante o trabalho da CPI, Deputado Waldir Neves. Era um contrato de 402 casas. Dois anos depois do teve início da CPI, apenas 56 casas estavam sendo construídas, sendo que das 56, 2 desabaram e 1 com as pessoas dentro de casa. Tudo isso foi denunciado. (*Ininteligível*) o proprietário da empresa AC até hoje não foi localizado, e a CPI também não conseguiu localizá-lo. Tomara Deus que esta CPI que está vindo aqui hoje possa encontrar esses criminosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Para concluir, Deputada.

**A SRA. BELA BARROS** - Nós aprovamos, da prefeitura municipal junto com a União, em parceria com a União, projetos, que, inclusive, levaram a ser premiado o Prefeito Municipal de Dourados. E a revista *IstoÉ* colocou isso muito bem, uma página inteira da *IstoÉ* colocou como o Prefeito empreendedor das aldeias. Aviários que tinham 1 galinha, e para cada 6 aviários, 1 galo; piscicultura: são 9 tanques de peixes. Em cada tanque de peixes eram distribuídos 2.500 alevinos — alevinos. Sabe quando, Sr. Presidente, foi retirado peixes desses açudes? No momento em que a CPI estava trabalhando é que eles foram lá levar os peixes, para que depois as pessoas pudessem vê-los. No momento em que a CPI já estava trabalhando. Hoje estão lá. Os açudes nem água têm mais, também. Agora, já estão secos. Inclusive, o Sr. Luciano Arévalo, que é o cacique aqui presente, e o Sr. Renato,



também. O do Sr. Luciano nem água tem, está seco; o do cacique Renato ainda tem. Lavanderias que foram construídas — tudo isso foi megaprojeto do Prefeito —, nada disso foi feito na aldeia. Então, isso tudo nós colocamos, mas até hoje não foi tomada nenhuma providência. Quando a assistente social Margarida coloca que hoje não tem condições de responder, ela não tem medo, porque não tem nenhum projeto que atende as aldeias. Muito obrigado., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Waldir Neves, para informação.

**O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES** - Sr. Presidente, para finalizar, eu prometo que não vou passar de meia hora. Eu só queria, Sr. Presidente, informar a V.Exa. que eu e o Deputado Geraldo Resende, e quem mais estiver afinado conosco, não nos sentimos satisfeitos com a declaração da Sra. Margarida Nicoletti. Vamos reconvocá-la novamente para ir a Brasília, numa reunião da CPI, para depor novamente, tendo em vista que a gente percebe que aí reside, talvez, a raiz dos problemas. Nós queremos aprofundar essa discussão, conhecer melhor essa situação, para a gente poder decidir também a solução.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nada mais havendo a tratar nesta primeira fase do dia, encerro os trabalhos, convocando as Sras. e Srs. Deputados para amanhã, dia 28 de março, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

Faremos agora a segunda etapa: a nossa visita já definida pelos membros da CPI.

Tenham todos uma boa-tarde.

Muito obrigado pela presença. Fiquem com Deus. Temos meia hora, apenas, para almoçar.